

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CLAUDEMIR DA SILVA

**OS DESLOCADOS INTERNOS COLOMBIANOS À LUZ DA TEORIA DA
SEGURANÇA HUMANA**

FLORIANÓPOLIS

2017

CLAUDEMIR DA SILVA

**OS DESLOCADOS INTERNOS COLOMBIANOS À LUZ DA TEORIA DA
SEGURANÇA HUMANA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito obrigatório à obtenção
do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari

FLORIANÓPOLIS
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDEMIR DA SILVA

OS DESLOCADOS INTERNOS COLOMBIANOS À LUZ DA TEORIA DA SEGURANÇA HUMANA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Claudemir da Silva na disciplina CNM 7280- Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Me. Jonathan Raphael Vieira da Rosa
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de Junho de 2017.

Aos meus pais.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo explorar a deterioração da segurança humana dos deslocados forçados colombianos, sob perspectiva das ações das guerrilhas e da falta de amparo institucional do Estado colombiano. A pesquisa vale-se de conceitos encontrados na agenda de segurança internacional do pós-Guerra Fria, tais como guerra dos povos e a teoria de segurança humana. A análise é feita pela evolução do conflito na Colômbia, e da influência das ações do Plano Colômbia sobre a segurança humana dos deslocados no período 2001-2005. Nesse período, percebe-se a securitização de determinados temas, prepondo uma política de segurança nacional, por meio de militarização, fortalecimento da Força Pública, erradicação dos cultivos por aspersão aérea, e desrespeito aos direitos humanos. Também observa-se o transbordamento das questões colombianas para os países vizinhos. Esta pesquisa examina os impactos mais importantes ou mais aparentes do ponto de vista da segurança humana no Equador. Por fim, constata-se que diversos aspectos ligados à segurança humana dos deslocados pelo conflito foram vigorosamente prejudicados, inviabilizando a prerrogativa de uma vida com os direitos humanos respeitados.

Palavras-chave: Colômbia. deslocados. conflito armado. Plano Colômbia. segurança humana.

ABSTRACT

This study seeks to investigate the human security deterioration of the Colombian forced displaced people, taking in perspective the guerrilla actions and the lack of institutional support of the Colombian State. The research is based on concepts of the post-Cold War international security agenda, such as the people's war and the human security theory. First is shown the conflict evolution in Colombia, and the influence of Plan Colombia actions on the displaced people human security in the period of 2001-2005. In this interval, occurs the securitization of certain themes, indicating the preposing of a national security policy, through militarization, strengthening of the State forces, eradication of crops by aerial spraying, and disrespect for human rights. All this actions cause an spillover of Colombian issues to neighboring countries. This research also examines the most important or apparent impacts, from the point of human security view, in Ecuador. In conclusion, it can be seen that several aspects related to the human security of those displaced by the conflict have been severely damaged, rendering the prerogative of a life with respect for human rights impossible.

Key-words: Colombia. displaced people. armed conflict. Plan Colombia. human security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - GEOMETRIA DE DISTRIBUIÇÃO DA LEGITIMIDADE (VERTICAL E HORIZONTAL) DO ESTADO	22
FIGURA 02 - ROTA DOS DESTINOS DOS DESLOCADOS INTERNO	68
GRÁFICO 01 - NÚMERO DE NOVOS DESLOCADOS POR ANO	42
GRÁFICO 02 - COLÔMBIA EM NÚMEROS	42
GRÁFICO 03 - HOMICÍDIO COLETIVO, QUATRO OU MAIS PESSOAS (2002-JUNHO/2010).....	46
GRÁFICO 04 - SEQUESTRO TOTAL (2002-JUNHO/2010)	46
GRÁFICO 05 - EFETIVOS DA FORÇA PÚBLICA (2002-JUN/2010)	57
GRÁFICO 06 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO (2003-2014).....	58
GRÁFICO 07 - ACESSO À EDUCAÇÃO ANTES DEPOIS DO DESLOCAMENTO....	59
GRÁFICO 08 - OCUPAÇÃO DAS PESSOAS ANTES E APÓS DESLOCAMENTO ...	60
GRÁFICO 09 - COMPARAÇÃO DA ÁREA DE CULTIVO DE COCA COM O NÚMERO DE MUNÍCIPIOS AFETADOS.....	61
GRÁFICO 10 - AÇÕES DE GRUPOS ARMADOS ILEGAIS (2002-JUNHO/2010)	63
GRÁFICO 11 - DISPERSÃO DO PLANTIO DE COCA	67
GRÁFICO 12 - SOLICITANTES DE REFÚGIO POR ANO NO EQUADOR	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – TIPOS DE GUERRA DE ACORDO COM HOLSTI.....	18
TABELA 02 – FATORES QUE GERAM DESLOCAMENTO/FATORES DE ESCOLHA PARA ONDE MIGRAR.....	39
TABELA 03 – TOTAL GERAL DE DESLOCADOS INTERNOS.....	41
TABELA 04 – DIVISÃO DA VERBA DO PLANO COLÔMBIA.....	57
TABELA 05 - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AUC	- Autodefesas Unidas da Colômbia
FARC	- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FFP	- Fund For Peace
GMH	- Centro Nacional de Memoria Histórica
HDR	- Relatório de Desenvolvimento Humano
I GM	- Primeira Guerra Mundial
II GM	- Segunda Guerra Mundial
IDMC	- Internal Displacement Monitoring Centre
OHCHR	- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDI	- Pessoas Deslocadas Internamente
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNDOC	- United Nations Office on Drugs and Crime
UP	- Partido da União Patriótica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS E A SEGURANÇA HUMANA	14
2.1	EVOLUÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS E A NOVA AGENDA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	14
2.2	A NOVA SEGURANÇA INTERNACIONAL E O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA	25
3	OS DESLOCADOS DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E A SEGURANÇA HUMANA.....	33
3.1	O CONFLITO COLOMBIANO: BREVE PANORAMA	33
3.2	OS DESLOCADOS EM NÚMEROS	39
3.3	OS IMPACTOS DO CONFLITO ARMADO SOBRE A SEGURANÇA HUMANA	42
4	PLANO COLÔMBIA: ENTRE SEGURANÇA NACIONAL E A SEGURANÇA HUMANA.....	50
4.1	SEGURANÇA NACIONAL E SEGURANÇA HUMANA	51
4.2	PLANO COLÔMBIA E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA HUMANA	55
4.3	<i>SPILLOVER</i> DO PLANO COLÔMBIA: O CASO EQUATORIANO	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

O sistema internacional sofreu alterações, após o fim da Guerra Fria, que modificam as dinâmicas de segurança, principalmente aquelas de cunho militar. Os temas militares e de defesa passam a dividir a nova agenda de segurança com tópicos ligados ao meio-ambiente, economia, política e sociedade. Ademais, outro ponto de inflexão do pós-Guerra Fria é a mudança do protagonismo do Estado nas questões de segurança, e é nesse cenário que as ameaças ao indivíduo mudam de aspecto e são vistas sob uma ótica de securitização, pois há uma percepção de que – ações que tradicionalmente só foram vistas como produtoras de externalidades negativas para a segurança do Estado, também são refletidas para os indivíduos. Dessa maneira, as conseqüências sociais, políticas e econômicas, oriundas de ações de força, para os cidadãos, também passaram a ser considerados. Por isso os deslocamentos não são mais apenas apontados como uma ação ameaçadora das condições de uso da força pelo Estado, mas sim, das condições da vida do cidadão. Portanto, o alargamento da agenda de segurança internacional buscou incorporar políticas que também levem em conta as sequelas para os indivíduos.

O conceito de segurança humana baseia-se em particular na nova constelação internacional de atores políticos, posterior à Guerra Fria – em boa parte pelo fato de que hoje a insegurança física é causada mais por conflitos armados internos do que por guerras entre países. Tais conflitos podem ser guerras civis, ou disputas mais indefinidas entre quadrilhas armadas ou grupos terroristas, às vezes com apoio direto ou indireto de Estados pouco comprometidos com os direitos humanos. “A introdução dessa nova agenda de segurança na academia foi acompanhada por uma forte tendência, com o fim da Guerra Fria, de mudar o objeto referente da segurança dos Estados para os indivíduos” (VIEIRA, 2007, p. 144).

O presente trabalho tomará como referencial os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), produzidos pelo Programa para o Desenvolvimento (PNUD), conhecidos como Relatórios de Desenvolvimento Humano, que tinham o objetivo de “colocar as pessoas de volta ao centro do processo de desenvolvimento” (PNUD, 2013). Em seu relatório pioneiro de 1994, a ONU introduziu um novo conceito, fazendo emergir uma nova maneira de pensar. O relatório recomendava uma transição conceitual da segurança nuclear, ou seja, militarizada, para a segurança humana. De acordo com o PNUD, para a maioria das pessoas, a

insegurança resulta muito “mais de preocupações da vida cotidiana do que da possibilidade de um evento cataclísmico” (RELATÓRIO PNUD, 1994, p. 22).

Esse é o caso da região sul-americana, em especial a Colômbia, onde as ameaças de segurança na região não são provenientes de conflitos interestatais, ao contrário, decorrem do surgimento de problemas intraestatais que impactam diretamente na segurança dos indivíduos. No caso colombiano pode-se citar os grupos insurgentes e suas ações na busca para alcançar seus objetivos, dessas desprende-se como resultado o deslocamento interno de várias famílias.

Os anos 1990 foram marcados por uma mudança na dinâmica das operações dos grupos insurgentes, quando para se manterem atuantes viram-se compelidos à ingressarem no tráfico de drogas para obtenção de recursos financeiros. Assim, as características do combate ao tráfico de drogas e suas implicações no tocante à segurança humana estiveram marcadas nos últimos anos pelo embate entre Estado e grupos insurgentes em suas variadas dimensões. Dessa forma, apresentar-se-á neste trabalho as características do conflito armado que manifesta-se na Colômbia, e de que maneira o conflito em conjunto com a figura do Estado, interferem na segurança humana da população colombiana.

Para compreender os conflitos internos da Colômbia, esta pesquisa trabalhará com a teoria desenvolvida em *The State, War, and the State of War*, por Kalevi Holsti (2006), na qual o autor identifica três tipos de guerras na história do sistema internacional contemporâneo: as institucionalizadas, as guerras totais e as guerras do terceiro tipo. As primeiras, que têm sua era no século XVIII, sob a influência dos ideais iluministas, caracterizavam-se pela consolidação de normas de guerra, pelo estabelecimento do serviço militar, pela regra básica da distinção entre militares e civis e por pretensões limitadas quanto aos objetivos específicos a serem alcançados pelos estadistas. As segundas são chamadas também de clausewitzianas, tendo o começo de sua era com as guerras napoleônicas, sendo seu traço distintivo o fato de que a partir de então a guerra não era mais um empreendimento restrito a profissionais especializados, servindo a governantes com propósitos bem delineados. Por fim, as guerras de terceiro tipo, também chamadas por ele de guerra dos povos, tem início após a Segunda Guerra Mundial. Sob grande influência dos movimentos de libertação nacional do período colonial, e a consolidação dos Estados na etapa pós-colonial, esses conflitos caracterizam-se por um embate que não mais envolve Estados unificados com exércitos

estabelecidos, mas sim facções políticas setoriais e entidades paraestatais que visavam a uma forma de inclusão ou independência política.

Para a consecução desta pesquisa, tratar-se-á de revisar a literatura especializada sobre o tema da segurança humana e deslocados internos¹, precisamente aqueles relativos à securitização do assunto. Apesar de ser uma temática relativamente nova, seu grande impacto sobre a sociedade abriu espaço para uma bibliografia extensa sobre as inúmeras dimensões da problemática dos deslocados internos, sobretudo na Colômbia. Inicialmente, procurar-se-á revisar a literatura clássica consolidada de relações internacionais sobre segurança humana e a consolidação da nova agenda de segurança internacional. Em seguida, recorrer-se-á à leitura de autores mais específicos sobre o impacto gerado na segurança humana através do Plano Colômbia.

O objetivo geral é entender a dinâmica entre o forçado deslocamento interno colombiano com o conflito armado, a postura do Estado diante desse cenário e como esses fatores degradam a segurança humana no país. O recorte temporal para alcançar esse objetivo tem como marco o início dos anos 2000, compreendendo principalmente os anos entre 2001-2005, quando se tem início o Plano Colômbia. A partir do Plano Colômbia propõe-se uma discussão da sobreposição da segurança nacional em detrimento da segurança humana.

Os objetivos específicos propostos são: analisar especificamente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como ator importante do conflito colombiano e a partir do estado de beligerância interno elaborar o panorama enfrentado pelo Estado; examinar práticas do governo colombiano advindas do Plano Colômbia no período entre 2001-2005; compreender o vínculo entre segurança nacional e segurança humana e verificar se há transbordamento dos problemas internos colombianos para o Equador.

Através das considerações realizadas e dos objetivos a serem atingidos, este trabalho utiliza-se do método analítico qualitativo e do método histórico descritivo, partindo da compreensão e evolução histórica do objeto de estudo, a deterioração da segurança humana dos deslocados colombianos. A exploração é

¹ Este trabalho usa o termo deslocados para citar pessoas que foram forçadas a deixar seus lares em decorrência da violência, abrangendo os deslocados internos que permanecem nas fronteiras do país, e por vezes se referenciando aos refugiados (deslocados que procuram proteção em outro país). Dessa maneira, a utilização da palavra deslocados refere-se à ambos os grupos. A sigla PDIs é utilizada ao longo do trabalho como sinônimo para pessoas deslocadas internamente.

realizada em fontes bibliográficas e documentais sobre o tema proposto, incluindo artigos, livros, monografias etc.

O trabalho está desenvolvido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Primeiro serão apresentados os conceitos e análises da teoria de novas guerras dentro do alargamento dos estudos de segurança internacional, além do arcabouço teórico acerca da segurança humana. No segundo capítulo serão mostradas as origens do conflito armado colombiano e os meios pelo qual a contenda é responsável por ocasionar o deslocamento de pessoas e intervir na segurança humana. Por fim, no terceiro capítulo, será feita uma análise do papel do Estado colombiano, através do Plano Colômbia, e sua influência na degradação da segurança humana, bem como o *spillover* da situação interna colombiana para o Equador.

2 OS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS E A SEGURANÇA HUMANA

No presente capítulo, pretende-se construir a fundamentação teórica necessária para o entendimento da problemática proposta neste trabalho, os deslocados internos colombianos sob a ótica da segurança humana.

Dessa maneira, o capítulo abordará duas temáticas essenciais: a segurança humana e a especificidade dos novos conflitos armados. A questão da segurança humana surge dentro do campo de estudos de segurança internacional, principalmente pela mudança no aspecto dos conflitos surgidos após a II Guerra Mundial. Assim, se faz necessário primeiramente apresentar as características dos novos conflitos para construir o panorama necessário para a compreensão do ambiente em que se concebe o nascimento da segurança humana. Por fim, serão apresentados os princípios teóricos norteadores da segurança humana.

2.1 EVOLUÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS E A NOVA AGENDA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Os estudos em torno de conflitos surgem com as doutrinas clássicas da guerra, formulações teóricas que surgiram, no início do século XIX, como resultado do complexo processo de transformação dos exércitos da Europa desde os meados do século XVII e que refletiam mudanças estruturais que as sociedades do continente atravessaram durante o período. Esta transformação dos exércitos, dos armamentos, da tática e da estratégia, foi acompanhada pelo surgimento de obras de diversos autores, que publicaram praticamente em todos os países europeus as suas opiniões sobre as novas maneiras de se conduzir a guerra. Em seu livro *Da Guerra*, Clausewitz, um dos maiores teóricos sobre o tema, propõe a seguinte definição para guerra:

Não deverei começar expondo uma definição pedante, literária da guerra, mas ir direto ao cerne da questão, o duelo. A guerra nada mais é que um duelo em escala maior. Inúmeros duelos vêm a formar a guerra, mas um quadro dela como um todo pode ser formado por um par de duelistas. Cada um tenta através da força física compelir o outro a fazer sua vontade; seu objetivo imediato é derrubar seu oponente de modo a torná-lo incapaz de uma resistência posterior. (CLAUSEWITZ, 1996, p. 35).

Nessa época também surgiram diversas obras sobre os mais diversos assuntos militares: a Guerra dos Sete Anos, as novas táticas para usar mosquete, a utilização da cavalaria, sobre a nova arma de artilharia, sobre a guerra naval e sobre a disposição de tropas da melhor forma para o combate – a ordem de batalha – para citar alguns dos temas abordados.

Os atos de guerra foram, por muito tempo, conflitos clássicos entre Estados, permeados pela concepção realista do que é guerra. As guerras possuíam uma lógica sistemática, permeada por uma linha temporal de início, meio e fim, e atores explícitos. Assim, a guerra mostrava ter uma sequência como a seguir:

Havia uma crise inicial, onde as negociações diplomáticas não conseguiam conciliar a política externa incompatível ou as exigências de defesa dos Estados em questão. Um ultimato ou um incidente – muitas vezes realizado pelo agressor –, em seguida, induzia a uma declaração formal de guerra. (...) Após as declarações de guerra, combates levavam tanto para um impasse ou, mais frequentemente, a uma derrota militar decisiva em uma única batalha ou uma pequena série de batalhas. A parte derrotada, então, concordava com um armistício formal e pedia a paz.² (HOLSTI, 1996, p. 19, tradução nossa).

A guerra também pode ser compreendida como um instrumento político, ela “é uma simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27). Para Aron:

A guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis, explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático. (ARON, 2002, p. 219).

No entanto, alguns autores que tratam da história e evolução das guerras argumentam que os conflitos contemporâneos, principalmente após II Guerra Mundial, não podem mais ser enquadrados dentro dos esquemas de análise de Clausewitz. Entre estes autores, está Martin van Creveld, que diz que as guerras do futuro serão combatidas fora da trindade de Clausewitz, ou seja, da dinâmica entre povo, exército e governo, e que a guerra moderna estaria passando, portanto, por

² No original em inglês: There was an initial crisis where diplomatic negotiations could not reconcile the incompatible foreign policy or defense requirements of the states concerned. An ultimatum or an incident – often staged by the aggressor – then led to a formal declaration of war. (...) Following the declarations of war, armed combat led either to stalemate or, more often, to a decisive military defeat in a single battle or a short series of battles. The defeated party then agreed to a formal armistice and sued for peace.

uma radical transformação. Em sua concepção, parece estar chegando ao fim o período de trezentos anos nos quais as guerras estiveram associadas com o Estado. As guerras estariam tornando-se conflitos de baixa intensidade, que demandariam dos exércitos uma reorientação da sua atribuição, pois agiriam muito mais como um polícia, que iria lutar guerras justas de intervenção, com o aceite da comunidade mundial (VAN CREVELD, 2000). Hoje a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar. Desse modo, pode-se afirmar que as guerras contemporâneas, acentuadamente depois de 1945, tornaram-se cada vez menos entre Estados e passaram a contemplar outros atores, intra-estatais e supra-estatais capazes de executar operações militares, verificando-se uma extrema plasticidade dos seus atuantes, assemelhando-se muitas vezes a uma luta pela sobrevivência, sem regras, sem objetivos claramente definidos, deixando assim o Estado de possuir o monopólio do uso da força.

O campo de análise de segurança internacional converte-se então em algo cada vez mais intrincado e multidimensional. Questões até então tratadas apenas em âmbito interno, passaram a fazer parte da pauta de política externa em muitos países. Desta maneira, há um alargamento da agenda mundial, a qual incluirá questões alusivas ao meio ambiente, à pobreza e à fome, à migração e ao tráfico de pessoas, ao terrorismo, e a diversos outros temas internacionais. Questões que antes eram relativas ao desenvolvimento, passaram a serem securitizadas³, e questões, que antes eram relativas à segurança internacional, tornaram-se parte das políticas de desenvolvimento.

É possível identificar, no período moderno, a evolução e transformação das táticas de guerra, e classificar tais mudanças em três diferentes tipos de guerra. Para Hoslti (1996), as guerras de primeiro tipo obedeciam a uma sequência regular (declaração de guerra – fim de guerra) e tinham uma duração média. Havia um manual para o ato de fazer guerra, é possível afirmar que a guerra era institucionalizada. Após 1945 surgem as guerras de segundo tipo, aqui já não

³ O conceito de securitização, lançado por Buzan, Waever e de Wilde (1998), abarca a idéia de que não existe uma segurança internacional objetivamente considerada. Toda ameaça é socialmente construída por meio de discursos de atores significativos na esfera da segurança internacional, passando pela aceitação do público. Securitização é “o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da “política normal”, justificando assim a adoção de medidas de emergência, de procedimentos políticos extraordinários e eventualmente o uso da força.

existem crises predecessoras ao começo do conflito. Também não se tem mais formalidade nem método específico. Novas técnicas são aplicadas: terror, psicologia e alto número de ações contra a população civil são táticas comuns nesta situação. Em vez de forças armadas altamente organizadas com base em uma hierarquia de comando estrito, as guerras são travadas por grupos dispersos sem nenhuma autoridade central.

Por fim tem-se os atuais conflitos armados, caracterizados por Holsti como guerras de terceiro tipo ou guerras dos povos, que se diferem das duas primeiras categorizações de guerra porque nelas:

(...) não há frentes, não há campanhas, não há bases, não há uniformes, não há demonstrações públicas de atos de honra, não há pontos de apoio e não há respeito pelos limites do território dos Estados. Não existem estratégias ou táticas definidas. Inovação, surpresa e imprevisibilidade são necessidades e virtudes. Os fracos têm de se valer da astúcia e, às vezes, do crime para arrecadar fundos para atentados, assassinatos e massacres. Prisioneiros são usados como reféns para conquistar ganhos políticos; incidentes terroristas são destinados a atrair publicidade, não a derrotar uma força armada inimiga.⁴ (HOLSTI, 1996, p. 36-37, tradução nossa).

Critérios específicos determinam as categorias supracitadas, que permitem classificar seja qual for a guerra em uma das três categorias, valendo-se de três critérios essenciais: o objetivo da guerra, o papel dos civis durante a guerra e as instituições em guerra (HOLSTI, 1996).

Os novos conflitos estão ligados a uma ideia geral de guerra civil, uma espécie de transformação desta para um panorama de violência interna generalizada com uma grande gama de atores (com participação direta ou indireta) (KALDOR, 2012). Tais conflitos, em sua maioria, não se limitam a áreas rurais ou urbanas nem se restringem ao território de um único Estado e, por causa disso, envolvem um número cada vez maior de civis (vítimas e opressores): estima-se que os civis representem cerca de 80-90% dos mortos (PNUD, 2002).

A TABELA 01 esquematiza a tipologia avançada por Holsti:

⁴ No original em inglês: (...) there are no fronts, no campaigns, no bases, no uniforms, no publicly displayed honors, no points d'appui, and no respect for the territorial limits of states. There are no set strategies and tactics. Innovation, surprise, and unpredictability are necessities and virtues. The weak must rely on guile, and often crime, to raise funds for the bombings, assassinations, and massacres. Prisoners are used as hostages to extract political gains; terrorist incidents are designed to make publicity, not to defeat an enemy armed force.

TABELA 01 – TIPOS DE GUERRA DE ACORDO COM HOLSTI

	Propósito da Guerra	Papel dos civis	Instituições de Guerra
Guerra Institucional	Monopólio da força	Separação clara entre civis e soldados	Código estrito de conduta, batalhas coreografadas, regras e normas aplicadas
Guerra Total/Hegemônica (GM I, GM II)	Ilimitada	Tecnologia combinada com nacionalismo, mobilização da população	Batalha aérea/mar, terror, alvos militares e civis
Guerras de Terceiro Tipo/ Guerra dos Povos	Estabelecer ou preservar uma comunidade; liberação ou unificação de povos	Desaparecimento da distinção entre civis e soldados	Civis como combatentes, insurgências

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE NA OBRA DE HOLSTI

As novas hostilidades já não podem ser mais classificadas como interestatais, devido a abundância de novos atores nas contendidas. O melhor caminho para buscar uma definição para os novos conflitos é ancorar-se em postulados que defendam e aceitem a pluralidade e interação dos mais distintos agentes. É essencial compreender, para efeito analítico, as ocorrências gerais que dão suporte aos novos conflitos, e em que medida há diferença para cada posição possível dentro deste modelo espectral e não-binário proposto (HOLSTI, 1996). Ao largo da segunda metade do século XX, percebe-se um aumento no número de conflitos usualmente denominados como intraestatais, porém em sua maioria são conflitos que transcendem fronteiras devido a atuação de sortidos agentes, que estimulam a coerção para lograr fins políticos (HOLSTI, 1996; KALYVAS, 2009).

Stathis N. Kalyvas (2001) busca definir de forma abrangente as guerras civis num contexto geral:

(...) a militarização do conflito, com exigência de pelo menos dois lados concorrentes (incluindo uma organização rebelde relativamente grande com equipamento militar e recrutas em tempo integral) e a diferenciação da guerra civil de motins comunitários, de terrorismo, de crime e de genocídio; e de um desafio doméstico dirigido contra a autoridade do atual detentor da soberania. Na verdade, 'guerra interna' seria um termo mais preciso, mas 'guerra civil' é o termo dominante por causa de seu uso comum.⁵ (KALYVAS, 2001, p. 102, tradução nossa).

⁵ No original em inglês: (...) the militarization of conflict, requiring at least two competing sides (including a relatively large rebel organization with military equipment and full-time recruits) and differentiating civil war from communal riots, terrorism, crime, and genocide; and a domestic challenge directed against the authority of the current holder of sovereign authority, which distinguishes it from interstate war. In fact internal war would be a more precise term, but civil war is the dominant term because of its common usage.

Esta é uma possível visão para os conflitos, porém o presente trabalho se valerá da proposta apresentada por Kalevi J. Holsti em “The State, War, and the State of War”. Diferentemente de Kalyvas, Holsti incorpora mais um elemento em sua análise: a institucionalização. Assim, Holsti propõe que os novos conflitos armados podem, em sua maioria, serem enquadrados dentro da categorização de guerra dos povos, com a principal característica de serem guerras que já não se prendem mais a questão de fronteiras e sofrem a perda da institucionalização por parte do Estado.

Na opinião de Holsti, as guerras de terceiro tipo se tornarão o meio para obtenção de vantagens políticas através do uso da violência. Desta maneira, o autor afirma que esta modalidade de beligerância é a busca violenta por *statehood*, de governo, uma tentativa de alterar a comunidade dentro dos Estados (HOLSTI, 1996).

Dessa maneira, em um misto de desavenças, desacordos, pessoas tentando alcançar seus objetivos de forma incansável (o que significa que não desistirão facilmente), e “uma vez que estas guerras de terceiro tipo são fundamentalmente sobre estas pessoas, e envolvem civis tanto como combatentes quanto como vítimas, seu principal legado depois de matar e mutilar são as ondas de refugiados que elas criam”⁶ (HOLSTI, 1996, p. 40. tradução nossa).

Com inúmeras características diferentes, compreende-se o porquê é necessário classificar essa forma de violência de uma maneira nova.

Guerras de terceiro tipo predominaram no sistema desde 1945. Elas persistem e continuarão no futuro. Por quê? Porque em muitas regiões do mundo a questão da soberania e da relação dos Estados com suas nações constituintes, suas comunidades e seus povos não foi resolvida com a descolonização. Particularmente, os Estados fracos – não no sentido militar, mas em termos de legitimidade e eficácia – são e serão os locais de guerra. Na medida em que essas questões podem ser resolvidas de uma vez por todas – uma proposição dúbia na melhor das hipóteses –, muitas vezes será com o uso do combate armado. (...) As fontes das guerras presentes e futuras encontram-se nas diferentes experiências de nascimento e formação de Estado da Europa e do Terceiro Mundo.⁷ (HOLSTI, 1996, p. 40, tradução nossa).

⁶ No original em inglês: “Since these wars of a third kind are fundamentally about people, and involve civilians as both combatants and victims, their main legacy after killing and maiming is the waves of refugees they create.”

⁷ No original em inglês: Wars of the third kind have predominated in the international system since 1945. They persist and will continue into the future. Why? Because in many regions of the world the issue of statehood and the relation of the state to its constituent nations, communities, and peoples has not been settled with de-colonization. In particular, weak states – not in the military sense, but in

O termo fraco é utilizado para definir estes Estados, por conta dos problemas que enfrentam em relação à burocracia, à corrupção, à fragmentação social (dividida em diversas raças, etnias, tribos e culturas), à resistência que encontram na sociedade, aos níveis de estabilidade e às pressões que enfrentam⁸ (FUND FOR PEACE, 2016). Dessa forma, não encontram forças – nem recursos – para superar as desigualdades internas e unificar a sociedade na tentativa de construir uma identidade nacional. Existe uma falha institucional no Estado e uma fraqueza em termos de legitimidade. Assim, uma busca por esta legitimidade e pelo seu estabelecimento como um Estado forte, sem os recursos necessários, faz com que o Estado adote posicionamentos exagerados que aumentam as tensões (HOLSTI, 1996, p. 116-117).

Este é o chamado *state-strength dilemma*.

Estados tentam ganhar a força que lhe daria contentamento interno em relação a sua soberania externa. Tentativas de aumentar a força do Estado geram resistência que o enfraquece. Em tentativas de superar a resistência, governos contam com medidas coercitivas contra centros de poder locais de vários tipos, bem como contra grupos comunitários, religiosos, étnicos. Governos ‘capturados’ falham nessas circunstâncias, porque suas reivindicações de legitimidade se tornam vazias. O seu ‘direito de governar’ é diminuído por suas ações, que são frequentemente discriminatórias, de baixo alcance e que beneficiam somente a si. A exclusão de grupos importantes ao negar-lhes acesso ao poder ou aos recursos ajuda a destruir a legitimidade horizontal e exacerbar as tensões sociais.⁹ (HOLSTI, 1996, p. 117, tradução nossa).

terms of legitimacy and efficacy – are and will be the locales of war. To the extent that those issues might be settled once and for all – a dubious proposition at best – it will often be by armed combat. (...) The sources of present and future war lie in the very different European and Third World experiences of state birth and formation.

⁸ Conforme Nasser (2009), os conflitos dentro dos Estados fraos mostram-se como uma mescla de conflitos (terrorismo, guerrilha, guerra urbana e crime organizado) com grande potencial para provocar desastres humanitários e ameaças à paz e à segurança internacional. A adoção do termo Estados Fracos, em partes, surge do trabalho de análise do Fragile States Index, denominado assim pelo Fund for Peace o qual inclui a Colômbia em sua análise, classificando o país em uma situação de grande alerta sobre a sua situação. O Fragile State Index é um índice feito pelo The Fund For Peace (FFP), onde há a análise de doze indicadores (pressões demográficas, refugiados e pessoas internamente deslocadas, desenvolvimento econômico desigual, pobreza e declínio econômico, fuga de cérebros, ofensas a grupos, legitimidade do Estado, serviços públicos, Direitos Humanos e Estado de Direito, intervenção externa, aparelho de segurança, e elites fracionadas) para classificação dos Estados em posições de alerta ou atenção em relação à questão de se tornarem Estados —fracos. Esse índice, por sua vez, é somente utilizado como forma de embasamento da classificação de Estados fracos.

⁹ No original em inglês: States seek to gain the strength that would give their external sovereignty domestic content. Attempts to increase state strength generate resistance that weakens the state. In attempts to overcome resistance, governments rely on coercive measures against local power centers of various types, as well as against communal / religious / ethnic groups. ‘Captured’ governments fare poorly in these circumstances because their claims to legitimacy become hollow. Their ‘right to rule’ is undermined by their actions, which are frequently discriminatory, short-range,

Na literatura de Holsti (1996), há uma classificação para o *state strength*, que está vinculado a três variáveis: a ideia de Estado, a base física para o Estado e a expressão institucional do Estado. Na percepção do autor, é a interação entre estes três componentes que constitui a condição de Estado (*statehood*), que é a priori, mensurável.

A noção de Estado retrata a percepção afetiva do Estado, sua história, cultura, nacionalidade e ideologia – sentimentos e ideias que distinguem aquela comunidade de outras comunidades. O entendimento de comunidade frequentemente não converge para as fronteiras da soberania estatal, estas estão mais relacionadas com o terceiro elemento, e podem acarretar consequências para a legitimidade do Estado (HOLSTI, 1996). A base física para o Estado abarca: território exato, população, recursos e riqueza. Tais variáveis são passíveis de mensuração e podem comportar uma certa conceitualização diferenciada, excetuando-se o primeiro atributo: hoje em dia, o enaltecimento das fronteiras faz com que qualquer Estado considerado forte não aceite qualquer tipo de alteração em suas fronteiras. Por último, a expressão institucional do Estado diz respeito a “maquinaria do governo e o regime, incluindo leis, normas e os incumbentes do gabinete oficial” (HOLSTI, 1996).

Nenhum Estado pode existir sem os três elementos. Os três são necessários para a que ele possa desempenhar as funções que, na prática, definem a sua existência, e se suportam mutuamente, em oposição aos espaços em que estas características não existem ou são reduzidas.

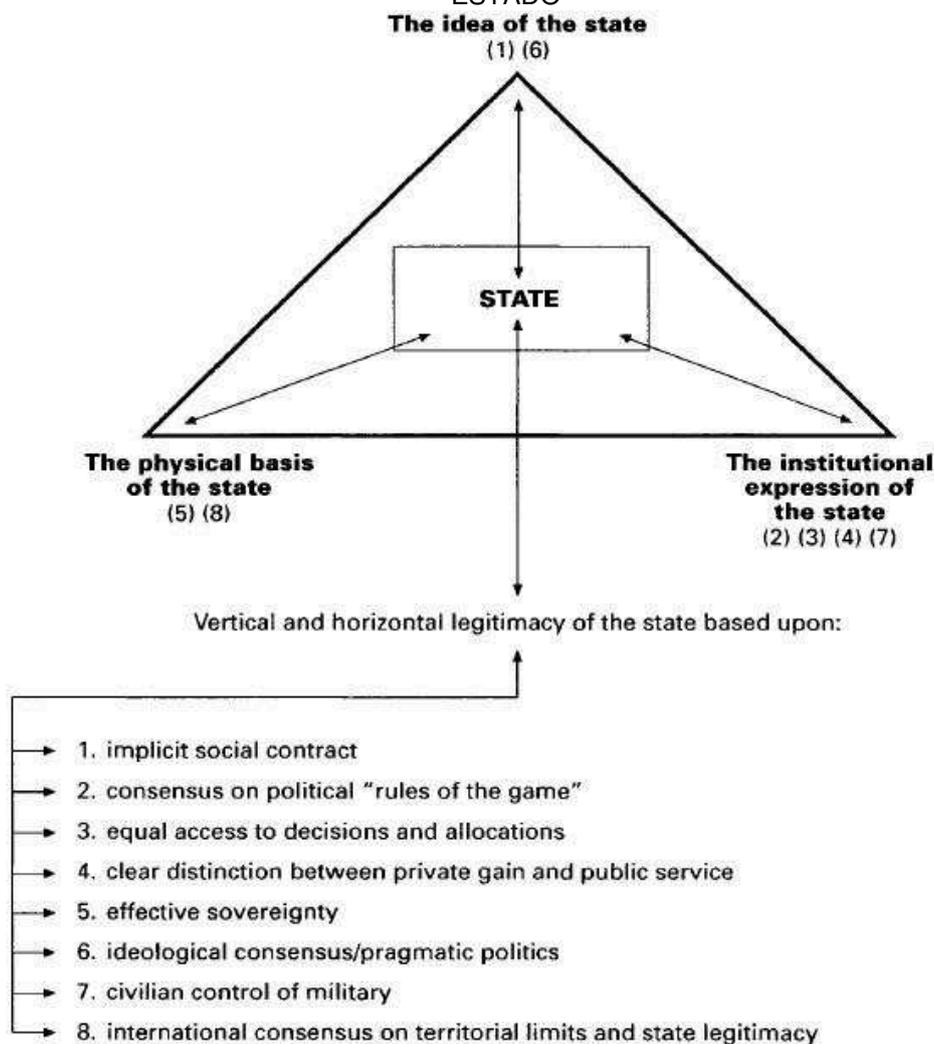
Holsti (1996) afirma que todos os elementos supracitados são essenciais, mas que o aspecto mais importante é o aspecto ideacional, porque só este tem a capacidade de compreender a questão da legitimidade.

Por uma questão de brevidade, chamemos a estes, respectivamente, legitimidade vertical e legitimidade horizontal. O primeiro trata da autoridade, consentimento e lealdade à ideia(s) do Estado e suas instituições; o segundo trata da definição e do papel político da comunidade.¹⁰ (HOLSTI, 1996, p.84. Tradução Nossa).

and self-serving. The exclusion of important groups by denial of access to power or to resources helps destroy horizontal legitimacy and exacerbates social tensions.”

¹⁰ No original em inglês: For the sake of brevity, let us call these, respectively, vertical legitimacy and horizontal legitimacy. The first deals with authority, consent, and loyalty to the idea(s) of the state and its institutions; the second deals with the definition and political role of community.

FIGURA 01: GEOMETRIA DE DISTRIBUIÇÃO DA LEGITIMIDADE (VERTICAL E HORIZONTAL) DO ESTADO



FONTES: HOLSTI, 1996.

O fundamental é analisar a dimensão horizontal da legitimidade do Estado. A anarquia, comumente, é compreendida como a ausência de um ator ordenador com presença institucional capaz de usar a força para governar o território. Desta forma, a ausência de legitimidade vertical do Estado pode ser considerada como força motriz para o uso político da violência de maneira intraestatal, mas é a ausência da capacidade de reprimir a violência que permite a ascensão de um movimento de insurgência ou a instalação de uma guerra de terceiro tipo. Os Estados fracos carecem de uma legitimidade horizontal que una essas comunidades. "Não há uma comunidade única, cujos membros, metaforicamente falando, assinaram um contrato social entre si. Em vez disso, existem inúmeras comunidades e categorias que

“moldam a natureza das estruturas política e de autoridade”¹¹ (HOLSTI, 1996, p. 106, tradução nossa).

Devido a fraqueza do Estado, facilmente emergem movimentos revolucionários e/ou nacionalistas. As guerras a partir de 1945 passaram a ter propósitos de liberação nacional, unificação nacional e secessão, pautando, portanto, suas motivações na maneira de formação do Estado e a natureza da comunidade dentro destes (HOLSTI, 1996). Com isso, as comunidades (civis) passam a ter um papel central na condução da guerra, pois passam a ser alvos de recrutamento dos grupos que promovem a guerra.

O propósito de tais guerras muitas vezes é politizar as massas, para transformá-los em bons revolucionários e/ou nacionalistas. Os civis não se tornam só alvos principais de operações, mas a sua transformação em um novo tipo de indivíduo torna-se um importante propósito da guerra. Como a diferença entre combatentes e civis é turva ou indistinta, não é surpreendente que o peso das causalidades é sofrido pelos habitantes de vilas, povoados e cidades.¹² (HOLSTI, 1996, p. 39, tradução nossa).

Kaldor vai ao encontro com o pensamento de Holsti no que tange a relação entre guerras de terceiro tipo e Estados falidos. A autora explica que existe uma espécie de assistência externa para estes que tiveram uma independência tardia e lidam com problemas de centralização e organização, para que eles vençam a problemática de *state strenght*.

(Essa assistência é) baseada em reformas econômicas e políticas que muitos desses Estados são constitucionalmente incapazes de executar. Uma espiral de perda de receita e legitimidade, crescente desordem e fragmentação militar criam o contexto onde estas novas guerras têm lugar. Efetivamente, o ‘insucesso’ dos Estados é acompanhado por um crescimento na privatização da violência.¹³ (KALDOR, 2012, p. 96, tradução nossa).

¹¹ No original em inglês: “There is no single community whose members, metaphorically speaking, have signed a social contract among themselves. Instead, there are numerous communities and categories that shape the nature of politics and authority structures”.

¹² No original em inglês: The purpose of such wars is often to politicize the masses, to turn them into good revolutionaries and/or nationalists. Civilians do not only become major targets of operations, but their transformation into a new type of individual becomes a major purpose of war. Since the distinction between combatant and civilian is blurred or indistinct, it is not surprising that the brunt of casualties are suffered by the inhabitants of villages, towns, and cities.

¹³ No original em inglês: (...) predicated on economic and political reforms which many of these states are constitutionally incapable of implementing. A downward spiral of loss of revenue and legitimacy, growing disorder, and military fragmentation creates the context in which the new wars take place. Effectively, the ‘failure’ of the states is accompanied by a growing privatization of violence.

É habitual ocorrer o efeito *spillover*, ou transbordamento, que é quando o conflito transcende as fronteiras do Estado em que teve início¹⁴, ou pela imersão de grupos beligerantes em outros países, pela participação de grupos beligerantes externos, pelo processo de deslocamento de refugiados ou apenas pelo fato da utilização (consentida ou não pelos governos vizinhos) do território de outrem para preparar-se para o conflito. Assim, uma das consequências mais importantes dessas guerras trazidas pela autora, também apresentada por Holsti, é o grande contingente de refugiados que produz.

Não apenas estas enormes concentrações de refugiados são um fardo econômico imenso aos países que já são pobres, como também representam uma fonte permanente de tensão entre os refugiados e a população que os acolhe – por razões econômicas, uma vez que eles estão competindo por recursos; por razões políticas, uma vez que constituem uma pressão permanente sobre os governos anfitriões para tomar medidas a fim de que eles possam retornar; e por razões de segurança, porque os campos são muitas vezes utilizados como bases para facções radicais.¹⁵ (KALDOR, 2012, p. 115, tradução nossa).

A nebulosidade entre combatentes e não-combatentes nestes tipos de confronto, também é uma característica fundamental para as denominadas novas guerras (KALDOR, 2012). De acordo com Kaldor (2012), as guerras tradicionais têm como principal característica o embate entre Estados, por exércitos uniformizados e definidos em termos de batalhas decisivas entre estas forças, e a diferenciação entre combatente e não-combatente era evidenciada. Por outro lado, uma nova guerra possui como cerne o aspecto de mesclar atores estatais e não-estatais, e possui como motor motivacional a identidade política e não mais a ideologia. As batalhas já não são preeminentes, e usualmente, as ameaças são sistematicamente dirigidas aos não-combatentes – os civis – sendo esta última característica o principal aspecto das novas guerras.

Ademais, vale salientar outro desmembramento essencial na distinção entre antigas e novas guerras, as antigas guerras almejam processos de integração,

¹⁴ É uma consequência evidente da própria fraqueza do Estado em questão e a incapacidade dele em gerenciar suas próprias fronteiras (Holsti, 1996; Kaldor, 2012).

¹⁵ No original em inglês: Not only are these huge concentrations of refugees an immense economic burden on countries that are already poor, but they represent a permanent source of tension between the refugees and the host population - for economic reasons, since they are competing for resources; for political reasons, since they constitute a permanent pressure on host governments to take actions in order that they can return; and for security reasons, because the camps are often used as bases for radical factions.

incorporação e dominação de outros Estados ou partes de outros Estados, com o propósito de enaltecer a parte vencedora. Já as novas guerras surgem com propósitos de enfraquecimento e desintegração do Estado¹⁶. As operações de paz emergem como modo de reparar essas sequelas, através da reconstrução do Estado. É importante salientar que nas novas guerras o distanciamento do Estado como instituição provoca uma movimentação da guerra, que não está mais contida em fronteiras delimitadas.

A autora também argumenta que as guerras civis, inseridas no contexto de novas guerras, são conflitos muito difíceis de serem vencidos, já que os grupos conflitantes se beneficiam e estão muito interessados em continuar como beligerantes. Eles ganham e mantêm poder, riqueza e toda a sorte de benefícios materiais em troca de um suposto malefício que só pode ser medido em termos da moralidade. Além disso, mesmo para as partes que não obtêm o benefício direto de maneira similar aos beligerantes, o apoio ao extremismo (que sustenta a iniciativa de guerra por parte dos grupos e que geralmente só tem lugar durante o conflito) se paga em troca de proteção ou benefícios indiretos, aumentando ainda mais a presença da guerra civil entre a população geral (KALDOR, 2012).

Os novos tipos de conflitos e suas características, tomando em consideração as novas atuações dos indivíduos dentro dos combates, trouxeram uma nova realidade para os estudos de segurança internacional. Deste modo, novos conceitos foram criados com o objetivo de abarcar as inéditas necessidades advindas da evolução dos contenciosos. Parte da evolução do conceito de segurança, o surgimento e a incorporação da segurança humana e sua relação com os novos tipos de guerra serão expostos no próximo tópico.

2.2 A NOVA SEGURANÇA INTERNACIONAL E O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA

A segurança internacional, as preocupações com a paz e soluções para a guerra são questões muito antigas e assuntos intrinsecamente ligados às Relações

¹⁶ Esta observação tem um efeito importante, já que normalmente, exércitos em guerra obtêm seus recursos da mobilização nacional e dos impostos, mas nesse caso não. Nesse caso, as fontes principais de recursos são o financiamento externo ou interno por grupos diretamente interessados e/ou o lucro obtido das atividades ilegais suportadas pela fraqueza do Estado, tais como saques, tráfico de drogas, diamantes e marfim ilícitos, pirataria e outros crimes, um quadro e organizações criminais transnacionais e economias abertas (KALDOR, 2012).

Internacionais. No início dos estudos de segurança internacional, a visão realista se firmou como principal teoria. Este período gerava análises principalmente sobre o cenário internacional anárquico e a busca constante dos Estados de aumentarem seu poder no sistema internacional. Porém, a teoria realista não conseguiu prever o fim da Guerra Fria, isso gerou por consequência muitas críticas e questionamentos a esta visão. Outra mudança foi, como visto anteriormente, a insurgência de novos tipos de conflito – as guerras de terceiro tipo – que fez com que novas dimensões de análise da segurança fossem desenvolvidas. Estas transformações atingiram os estudos de segurança internacional, o que incentivou a criação de novas teorias na área. Buscavam ir além de conceitos realistas; já que o realismo associava segurança principalmente em torno de questões militares e estratégicas (TANNO, 2003).

Os estudos de segurança internacional podem envolver temas como soberania, autoridades, Estados, política, entre outros; entretanto, possuem principalmente ênfase em questões militares. Buzan e Hansen dividem no livro “A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional” (2012) os estudos de Segurança Internacional em quatro questões de debates, que são, “privilegiar o Estado como o objeto de referência; incluir tanto as ameaças internas quanto as externas; expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força; ver a segurança como inextricavelmente ligada a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgências” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 100), com o intuito de demonstrar que outros temas e teorias podem ter relação com a temática de segurança internacional e que as diferentes dimensões compartilham uma mesma discussão.

A primeira questão supracitada em relação à segurança refere-se a algo que deve ser assegurado, seja o Estado, o meio ambiente, o indivíduo, entre outros. Neste caso a ideia de segurança pode ser tanto no âmbito nacional quanto no internacional. A segunda questão diz respeito a forma que os países devem se portar em relação às ameaças aos seus territórios, sejam elas internas, como problemas econômicos, ou ameaças externas de outros países. A terceira questão leva em consideração outros debates que não são apenas questões militares e de uso da força, já que os estudos de segurança internacional possuem uma forte tendência por essas áreas por terem surgido durante o período de Guerra Fria, e estavam intrinsecamente ligados a questões militares. Sendo assim, posteriormente os estudos de segurança incluíram questões econômicas, sociais, ambientais, de

gênero, outros. A quarta questão sobre os estudos de segurança leva em consideração que as ameaças e os perigos são fundamentais para os debates de segurança, porém podem ir além de apenas questões realistas com visão nos Estados. Questões liberais podem ser abordadas também, mas sem perder a dinâmica de ameaças e urgências (BUZAN; HASEN, 2012, p. 100).

A tendência dos estudos de segurança é de abordar os Estados e os indivíduos como objetos de referência. Mas os debates ocorrem principalmente em torno dos Estados, como já citado por Buzan e Hansen, afirmam que é um objeto privilegiado nesses estudos. A ideia de segurança estatal também está diretamente ligada à questão de segurança individual. Esta ideia vai de acordo com os pensamentos de Hobbes, do qual ele desenvolve a afirmação que para que os indivíduos estejam em segurança é necessário que uma instituição a garanta. Em relação ao Estado, Buzan pontua duas diferentes linhas de análise quanto ao raciocínio de Hobbes em relação ao Estado e o indivíduo. Algumas linhas afirmam, como explicitado na primeira parte deste capítulo, que alguns Estados são falidos e fracos para garantir segurança aos seus indivíduos, como por exemplo o caso da Colômbia, que será o caso empírico analisado posteriormente neste trabalho. Outras linhas afirmam que os próprios Estados são uma ameaça para seus cidadãos, geralmente, ou principalmente, os não democráticos, quais não garantem segurança ambiental, ou a própria segurança humana, através de perseguições. Por exemplo países ditatoriais (BUZAN; HANSEN, 2012).

Segundo alguns autores, é possível conceber modos alternativos de construção de segurança de acordo com as culturas locais. Estas concepções variadas na maneira de conceber segurança diferem de obras e autores que analisam a segurança como modo de garantia de seus cidadãos e dos Estados. Os diferentes meios que as sociedades de diversas culturas se estruturam demonstram que há uma variação política, econômica e social de organização. O modo que essas sociedades se estruturam necessita que a epistemologia e a metodologia de análises de segurança sejam vistos de maneira especial e diferenciada, não apenas com a visão realista tradicional (BUZAN; HASEN, 2012).

Através do alargamento dos estudos de segurança internacional passa-se a abordar também os Estados não ocidentais, as estruturas econômicas, e também assuntos de desenvolvimento. Em relação aos estudos de desenvolvimento, esses se formaram dentro do conceito de segurança humana, lançado em 1994 pelo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Relatório de Desenvolvimento Humano. O PNUD define segurança humana como parte fundamental do desenvolvimento humano. O ponto de vista do desenvolvimento humano, segundo o PNUD, é que as pessoas possam ter capacidade e oportunidade de ser aquilo que elas desejam, indo além do viés econômico, do qual o crescimento econômico não é o ponto principal do desenvolvimento, mas é um fim. Para que haja desenvolvimento é preciso que outras áreas, além das econômicas, avancem, como a social, cultural e política (PNUD, 2014).

Os impactos nestas áreas podem levar à inseguranças das pessoas, impedindo o desenvolvimento e aumentando a vulnerabilidade. Em países em que os índices de desenvolvimento são baixos há realidade de longos períodos de conflitos e violência. Segundo o PNUD “em algumas regiões da África Ocidental e Central, situações de anarquia e conflito armado continuam a fazer perigar os avanços no domínio do desenvolvimento humano, com reflexos a longo prazo no progresso nacional” (PNUD, 2014). Sendo assim, o desenvolvimento humano é parte fundamental do conceito de segurança humana.

Os estudos de segurança humana começaram a surgir recentemente em estudos acadêmicos como uma área dos estudos de segurança internacional. Essa área busca encorajar os estudiosos a analisarem a área de segurança além de questões militares, ou de segurança territorial. Os estudos de segurança humana possuem sete elementos principais de análise, que são a segurança econômica, alimentar, saúde, ambiental, pessoal, comunidade e política (PARIS, 2001).

Nos estudos de Relações Internacionais a segurança humana é considerada como uma nova teoria, ou conceito, e pode ser classificada até mesmo como um paradigma. A segurança humana ganhou destaque desde a II Guerra Mundial, com a ideia de que os direitos dos seres humanos são tão importantes quanto os direitos dos Estados. E seguiu com destaque durante o período da Guerra Fria, porque a maioria das casualidades da guerra foram de seres humanos. Muitas crianças passaram a ser recrutadas para serem soldados, e o estupro se tornou uma prática comum¹⁷. Sendo assim, a segurança humana passou a fazer parte da agenda

¹⁷ É importante destacar que, especialmente em relação aos estupros, esta sempre foi uma ferramenta da guerra, o que passou a acontecer depois da II Guerra Mundial é que não se tornou mais possível aos governos e tomadores de decisão ignorar isso em suas políticas. A opinião pública e as pressões internacionais se tornaram muito fortes e mais difíceis de serem simplesmente

internacional com a tentativa de responder a uma realidade global de Estados falidos (FIERKE, 2015). Vale ressaltar, e como já apontado por Holsti e Kaldor, quando Estados são falidos, quem mais sofre são os seres humanos, já que o sistema internacional do século XX foi designado para proteger Estados, a soberania dos Estados e conflitos entre os Estados. Sendo assim, o sistema internacional está lutando para proteger os civis que estão dentro dos Estados (FIERKE, 2015).

O conceito de segurança humana surgiu a partir de vários conceitos. O primeiro deles foi introduzido pela Comissão de Brundtland, em 1987, e foi o desenvolvimento sustentável. Esta comissão afirma que a proteção ambiental é necessária para a sobrevivência da humanidade a longo prazo, a partir de qualquer estratégia de desenvolvimento. O segundo conceito foi introduzido pelo PNUD em 1990, que foi o desenvolvimento humano. O relatório afirma que as pessoas devem ser o centro de todo desenvolvimento (FIERKE, 2015).

A segurança humana tem como objetivo colocar o ser humano como protagonista na visão securitizadora, mas com um alcance de proporções bastante globais acaba por conceder que intervenções sejam fundamentadas com sustentação nessa visão ampla de garantias a serem defendidas. Há, portanto, uma relação entre os aspectos da segurança humana e os novos conflitos que emergiram no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo claro que a segurança humana é invocada para a atuação em conflitos intra-estatais e principalmente na periferia do sistema internacional (BAZZANO, 2014).

Através desta compreensão do conceito de segurança humana e visto que as guerras de terceiro tipo, como apontado anteriormente, apresentam a característica de envolverem civis de forma direta no conflito, acabando por violar de forma grave as dimensões propostas pelo conceito de segurança humana. Como expõe Holsti:

A partir de que essas guerras de terceiro tipo são fundamentalmente sobre pessoas, e envolvem civis tanto como combatentes como vítimas, seu maior legado depois de matar e mutilar é as ondas de refugiado que elas criam. (1996, p.40, tradução nossa)

A segurança humana está na agenda política de muitos Estados, organizações governamentais, não-governamentais internacionais e da ONU.

Conforme supracitado, o conceito de segurança humana vai além da militarização, ou seja, do conceito de segurança realista, e abarca aspectos como segurança contra a fome, a pobreza, repressão, outros. A segurança humana está ligada ao bem-estar, justiça e dignidade humana; e interligado com os Direitos Humanos e o desenvolvimento. É uma forma da garantia da proteção dos indivíduos. Assim como na visão realista um país deve proteger seu território de ameaças bélicas, a visão de segurança humana está ligada a proteção da população. A segurança humana pode ser entendida como uma proposta moral ao realismo, pois avança da proteção unicamente do território para o nível da proteção dos indivíduos (TADJBAKHSK; CHENOY, 2009). Para o PNUD a essência de insegurança humana é a vulnerabilidade, e a pergunta principal é: como proteger as pessoas? Sendo assim, é possível inferir que o PNUD acredita que não haverá paz no mundo enquanto as pessoas não estiverem em segurança no seu dia-a-dia.

A insegurança humana pode ser vista como uma forma de interdependência, tendo em vista que os sete principais elementos da segurança humana são interligados, e tendo alguma ameaça a pelo menos um desses elementos, a insegurança será propagada para os outros elementos. Os estudiosos da área acreditam que as ameaças são transnacionais, já que podem acontecer tanto a partir de outros Estados, de atores não-estatais ou de relações de poder. A transnacionalidade da ameaça quer dizer que não há fronteiras definidas para que os indivíduos sejam ameaçados. Sendo assim, a interdependência acontece na prevenção dessas ameaças, a partir da ideia de que Estados devem estabelecer uma cooperação entre si, para que as ameaças não aconteçam, refletindo assim num mundo interdependente (ARAVENA apud BAZZANO, 2011).

Apesar da importância e significância que os estudos de segurança humana possuem dentro das Relações Internacionais, este debate possui críticas quanto ao seu método de conceito e de abordagem. O debate de segurança humana recebe críticas quanto a mensuração do conceito, e sobre se realmente a questão da segurança humana é de fato uma questão da área de segurança internacional, do qual deveria ser abordado como uma literatura de pobreza, saúde e desenvolvimento, ao invés da área de segurança. Esta crítica se baseia no fato de que o indivíduo é o centro da abordagem, tanto epistemologicamente como empiricamente, e que as abordagens políticas e internacionais acabam ficando ausentes do debate (KING; MURRAY apud BUZAN; HANSEN, 2012). Apesar de

receber críticas por ter o foco no indivíduo, na maioria dos casos, esses esforços de diferentes abordagens são solicitados por contribuições de críticos e estudiosos pós-colonialistas, com a tentativa de ampliar os estudos de segurança, indo para além da análise dos Estados (PARIS, 2001).

Outras críticas são, por exemplo, que a segurança humana é supostamente como uma forma do realismo clássico, ou seja, não muda a ideia de preocupação com o território nacional e dos interesses nacionais. Já que, apesar da abordagem humanitária, a busca da proteção continua sendo territorial. A segurança humana é criticada também por ser tão ampla como conceito, que acaba sendo vazia politicamente e academicamente. Para Paris (2001) “se a Segurança Humana significa qualquer coisa, então ela não significa, efetivamente, nada” (PARIS apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 308). Outros críticos também apontam a ideia de que esta segurança deveria ser inclusa numa agenda de direitos humanos. E também que a natureza da definição é institucionalizada, já que o seu documento está dentro do PNUD (BUZAN; HANSEN, 2012).

Este primeiro capítulo, primeiramente, traçou a mudança das características dos conflitos das guerras clássicas para a guerra dos povos. Através de uma pequena contextualização da evolução da maneira de se fazer guerra, mostrou-se que as guerras clássicas possuíam uma linearidade e havia uma identificação clara do papel de todos os envolvidos nos conflitos. É possível afirmar, portanto, que dentro do cenário de guerra havia uma clara distinção dos papéis exercidos (combatentes, civis, Estado), e cada qual atuaria apenas nas margens do suposto papel que lhe fora incubido. Por outro lado, Holsti (1996) identifica mudanças nas características das guerras a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, sendo que nessas guerras, denominadas de terceiro tipo ou guerra dos povos, não há mais distinção entre os combatentes e os civis passam também a ser alvos dos ataques e a integrar de forma atuante na guerra. Levando em consideração as mudanças ocorridas nos campos de batalha, demonstrou-se que os estudos de segurança internacional necessitavam ser adaptados para essa nova realidade que estava sendo vivenciada, não possuindo mais somente o foco no Estado nacional, mas constatando que os cidadãos passam também a integrar este novo âmbito da segurança internacional. Dessa maneira, surge o conceito da segurança humana, com o propósito de colocar o indivíduo no cerne da segurança ao invés do Estado.

O seguinte capítulo versará sobre as origens do conflito colombiano e como o conflito acaba por se tornar o principal agente de violação da segurança humana do povo colombiano. O texto também trará estatísticas mostrando o quantitativo de pessoas deslocadas.

3 OS DESLOCADOS DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E A SEGURANÇA HUMANA

O argumento central neste capítulo, após a discussão no capítulo anterior acerca de novas guerras e segurança humana, é demonstrar a ideia de área não-governada dentro da esfera do Estado colombiano e suas consequências, neste caso, o surgimento de deslocados internos devido ao conflito armado. O conceito de área não-governada é o de que sem o Estado atuante na sua totalidade geográfica, os grupos armados ilegais aproveitam-se da ausência estatal para crescerem como poder paralelo e manter suas atividades ilegais, em detrimento da segurança e da defesa das nações e de suas populações.

O capítulo inicialmente trará um panorama do conflito ocorrente na Colômbia, traçando um histórico das rivalidades evidenciando todos os atores envolvidos. Prontamente também serão elencadas graves decorrências do enfrentamento dos diversos grupos beligerantes. Em seguida, serão trazidos os números de deslocados. Na terceira seção serão pinceladas as sequelas à segurança humana decorrentes do conflito.

3.1 O CONFLITO COLOMBIANO: BREVE PANORAMA

A Colômbia, mais do que qualquer outro país da América Latina, uma região famosa por suas revoluções e ditaduras, é sinônimo de violência. De acordo com o Índice de Paz Global, relatório anual do Instituto para a Economia e Paz (2016)¹⁸, a Colômbia é o país mais violento da América do Sul, onde os chefões dos quartéis de drogas ainda possuem um domínio brutal. No entanto, por mais proeminente que seja a reputação de uma nação violenta, os teóricos que buscam explicar as origens e persistência da violência na Colômbia, tem como desafio conciliar paralelamente a hostilidade com o fato do país possuir uma das mais antigas tradições governamentais democráticas da América Latina, bem como seu status ocasional de modelo hemisférico de desenvolvimento socioeconômico. Apesar da ambiguidade, a história colombiana é analisada através do pressuposto de que a violência é uma

¹⁸ O Índice de Paz Global é elaborado a partir de 23 indicadores, como o nível de militarização de um país, gasto em defesa, conflito interno, grau de paz social, terrorismo, relação com os vizinhos e o respeito pelos Direitos Humanos.

constante inflexível, uma herança das guerras travadas entre os partidos Liberal e Conservador que estabeleceram ódios herdados e fortes identidades partidárias.

Outro fator que deve ser colocado na equação é o processo de colonização pelo qual o país foi submetido. Assim como outros países sul-americanos, a Colômbia foi colonizada por espanhóis e deste sistema de colonização derivou-se grandes disputas por terra, a concentração de poder em grupos oligárquicos e também a manutenção da fraqueza das instituições do Estado. A combinação destes elementos pode ser vista como pedra basilar dos conflitos que perduram no país. Como apontado no relatório do Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC) de 2006:

O Estado colombiano que emergiu após a sua independência da Espanha em 1810 nunca foi forte e grandes extensões do país permanecem até o presente além do alcance das instituições do Estado. Uma poderosa oligarquia regional e nacional, na sua maioria descendente de espanhóis, tirou proveito dessas fracas estruturas estatais e resistiram às tentativas de fortalece-las. Os conquistadores espanhóis e seus descendentes criaram, com o apoio hesitante da monarquia em sua terra natal, um sistema social semi-feudal que se concentrava fortemente na posse da terra e na pecuária, já que as minas de exploração deixaram de render tanto quanto renderam no primeiro século após a chegada dos colonizadores.¹⁹ (IDMC, 2006, p. 07, tradução nossa).

Como relatado por Kingsley (2014), o conflito atual remonta às divergências do início do século XX, quando se tinha grandes disputas centradas na questão da propriedade da terra, e o partido conservador, constituído pela elite latifundiária suportada pela igreja católica, rejeitou as iniciações do partido liberal para realizar a reforma agrária, que tinha como objetivo principal beneficiar os camponeses. Este período, conhecido como *La Violencia*, no qual cerca de 300 mil pessoas foram mortas, começou em 1948 em resposta ao assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, um líder popular do Partido Liberal. Em resposta ao assassinato de Gaitán, os grupos liberais começaram a lutar contra o governo liderado pelos conservadores, com

¹⁹ No original em inglês: The Colombian state which emerged after independence from Spain in 1810 has never been strong and large tracts of the country remain up to the present beyond the reach of state institutions. A powerful regional and national oligarchy, mostly of Spanish descent, has both taken advantage of these weak state structures and resisted attempts to strengthen them. The Spanish conquistadores and their descendants created, with the hesitant support of the monarchy in their homeland, a semi-feudal social system focusing increasingly on land possession and cattle ranching as the mines ceased to yield as much as they had done during the first century after the conquest.

ambos os lados armando-se, cada qual com um grande número camponeses apoiadores.

Segundo Molano (2001):

Para conter os levantamentos liberais, o governo forneceu armas aos camponeses conservadores em todo o país, assim como lhes garantiu o apoio da Polícia Nacional. Ao mesmo tempo, milhares de camponeses liberais se armaram contra o governo conservador. Nas planícies orientais, os camponeses apoiados pelo Partido Liberal, com a ajuda de ativistas do Partido Comunista, conseguiram formar um exército de 10 mil homens que inspirou a formação de pequenos grupos guerrilheiros em todo o país.²⁰ (MOLANO, 2001, p. 17, tradução nossa).

Em 1958, as duas partes chegaram a um acordo de partilha de poderes e formaram um novo governo, conhecido como a Frente Nacional. Segundo ainda Kingsley (2014), o acordo de partilha de poder não incorporou os interesses dos camponeses no processo político e os conflitos entre grupos guerrilheiros de esquerda e forças governamentais continuaram. Assim o surgimento das guerrilhas é uma resposta a uma série de variáveis, dentre elas, a decadência dos líderes políticos que apoiavam a massa populacional, a economia fortemente concentrada na agricultura, o enfraquecimento do aparato estatal, a influência ideológica do período da Guerra Fria, especialmente pelo alinhamento do Estado à política norte-americana, a concentração da riqueza na elite e os ideários do pensamento comunista sobre alguns grupos sociais. Muitos grupos surgiram neste momento, como o Ejército Popular de Liberación (EPL, 1967-1991), o Movimento 19 de Abril (M-19, 1970-1991), o Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT, 1982) e o Movimento Armado Indígena Quintín Lame (MAQL, 1984-1991), foram as FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) e o ELN que conseguiram atuar com maior expressividade dentro do cenário colombiano, especialmente pelo elevado contingente de combatentes. O presente trabalho trará um olhar mais atento para as FARC, por ser o principal grupo guerrilheiro e o de maior envolvimento na luta política dentro do Estado colombiano. Apesar do enfoque nas FARC, não

²⁰ Do original em inglês: To subdue the Liberal uprisings, the government gave weapons to Conservative peasants throughout the country, as well as backing from the National Police. At the same time, thousands of Liberal peasants armed themselves against the Conservative government. On the eastern plains, peasants backed by the Liberal Party, with assistance from Communist Party activists, managed to form a 10,000-man army that inspired the formation of small guerrilla groups throughout the country.

descarta-se a importância dos demais grupos engajados na luta por novos ideais para o governo colombiano.

As FARC começaram como a ala armada do Partido Comunista da Colômbia e reuniram militantes comunistas e grupos de autodefesa camponeses, formados para defender os interesses dos camponeses. Os objetivos iniciais das FARC se concentravam na tomada do poder nacional e na criação de um sistema político socialista na Colômbia. A fase final deste conflito é vista por muitos teóricos como a incubadora das FARC, cujas demandas históricas de terras mais tarde se fundirão com as exigências do tráfico de drogas com o objetivo de sustentar a insurgência deflagrada no país. De acordo com Molano:

Inicialmente, os guerrilheiros tentavam resistir ao cultivo da coca: suspeitavam que representava uma espécie de invasão "imperialista", e preocupavam-se que os camponeses que se tornassem prósperos deixariam de apoiar a luta revolucionária. Mas a liderança guerrilheira logo percebeu que a proibição da coca significaria a perda do apoio dos camponeses às autoridades. Essa realização marcou o nascimento do infame gramaje, um imposto cobrado pelas guerrilhas sobre o comércio de coca, uma extorsão dos narcotraficantes e dos agricultores que prosperavam com a coca. A aproximação da guerrilha com a coca também levou à crença de que são traficantes - narcoguerrillas. Mas essa noção é falsa. Cultivo de culturas ilegais foi estabelecida nas áreas de colonização não apenas por causa da fraca presença do exército, mas porque os colonos estavam à beira da ruína. E os guerrilheiros estavam nas regiões colonizadas muito antes do cultivo da coca aparecer. Seu crescimento deveu-se principalmente à repressão desencadeada contra o protesto popular e ao crescente empobrecimento da população - e não à sua participação no tráfico de drogas.²¹ (MOLANO, 2001, p.20, tradução nossa).

Seguindo o relato de Molano (2001), ele esclarece que durante a década de 1980, as FARC competiram por poder com fortes carteis de droga. No final dessa década, houve também a ascensão de grupos paramilitares de direita, encorajados por setores das Forças Armadas e alguns proprietários de terras, empresários e políticos, assim como traficantes de drogas, o que aprofundou a violência do

²¹ No original em inglês: At first the guerrillas tried to resist growing coca: They suspected that it represented a kind of underground "imperialist" invasion, and they worried that peasants who became prosperous would stop supporting the revolutionary struggle. But the guerrilla leadership soon realized that banning coca would mean losing peasant support to the authorities. This realization marked the birth of the infamous gramaje, a coca-trade tax that is nothing less than guerrilla-imposed extortion of drug traffickers and prosperous coca farmers. The guerrillas' rapprochement with coca also led to the belief that they are traffickers—narcoguerrillas. That notion is false, however. Cultivation of illegal crops was established in the colonization areas not simply because of weak army presence, but because the colonists were on the brink of ruin. And the guerrillas were in the colonized regions long before coca cultivation appeared. Their growth was due mainly to the repression unleashed against popular protest, and by the growing impoverishment of the population—not to their participation in the drug trade.

confronto armado. A legitimação das forças paramilitares na Colômbia vieram de conjugação de variáveis endógenas e exógenas, como por exemplo, a logística da Guerra Fria e o aumento dos conflitos sociais, especialmente após a criação das FARC e de outros grupos guerrilheiros. O surgimento formal concretizou-se por meio do Decreto n. 3398 (1965) e da Lei n. 48 (1968), que lançaram as bases legais para a criação das organizações de defesa civil. Dotados de uma ideologia conservadora e anticomunista, os grupos de autodefesa, denominados através da sigla AUC, iniciaram sua atuação com uma estratégia defensiva, limitada a conter os movimentos guerrilheiros, mas que também vinham atuando concomitantemente em favor dos latifundiários, e mais tarde dos narcotraficantes, para garantir a manutenção e exploração das terras (INTERNATIONAL CRISES GROUP, 2009).

Ainda na década de 1980 começou a se perceber cada vez mais a influência do narcotráfico no conflito armado colombiano, do qual se servem tanto os grupos paramilitares, como os guerrilheiros. Nessa época, as FARC ainda estava ativa na arena política, primeiramente através do Partido Comunista e posteriormente através do Partido da União Patriótica (UP), que tentou criar uma coalizão de partidos políticos de esquerda. No entanto, os líderes da UP eram constantemente alvo de ameaças e assassinatos - especialmente, pelas poderosas forças paramilitares do Cartel de Medellín. Como resultado, o partido da UP tornou-se inativo no início dos anos 90. No entanto, o desmantelamento dos carteis de Medellín e de Cali em meados dos anos 90 criou um vácuo de poder enquanto que simultaneamente houve uma descentralização do negócio da cocaína na Colômbia. Esses efeitos permitiram às FARC expandir sua presença na Colômbia e extrair receitas taxando o cultivo de coca (MOLANO, 2001).

Apesar do envolvimento das FARC no tráfico de drogas, o grupo sempre manteve seu caráter político, defendendo o campesinato colombiano e abordando questões sociais como o desemprego e o desenvolvimento de culturas alternativas. Muitos camponeses estavam se sustentando através do cultivo de plantas de coca, dada a falta de oportunidades econômicas. As tensões sociais também se agravaram devido a falha do governo colombiano em fornecer serviços básicos ou programas de desenvolvimento. Em alguns casos, as FARC usaram parte da receita de tributação ilícita de drogas para projetos de infra-estrutura nas comunidades locais. Estes projetos incluíam a construção de escolas e serviços de saúde. Estas receitas fiscais foram transferidas para organizações comunitárias chamadas Juntas

Acción Comunal, que decidiam como distribuir o capital. Assim, as FARC conseguiram obter, pelo menos, de forma tácita, o apoio de algumas comunidades locais na Colômbia, especialmente comunidades pobres nas áreas rurais do país (MOLANO, 2001).

Durante a década de 1990, as FARC cresceram em força, dobrando o tamanho de seu exército para entre 15.000 e 20.000 soldados, expandindo simultaneamente a sua política e economia para quase metade do território colombiano. A decisão de 1998 do governo de ceder uma parcela de terra para as FARC como um cessar-fogo exemplificou este poder crescente. Os Estados Unidos começaram a prestar atenção à situação colombiana e com a cooperação do governo colombiano criaram um programa de ajuda militar para ajudar o governo colombiano a combater os grupos armados dentro de suas fronteiras. Em 2000, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Plano Colômbia²², que se concentrou principalmente na erradicação da coca e na ajuda militar (MOLANO, 2001).

Diante das características apresentadas até o momento, o conflito colombiano traz as amarras de uma cultura política de violência, que perpetuou-se para os vários segmentos da sociedade. Assim, a dinâmica contínua do conflito, caracterizada pela multiplicidade de atores, tornou-se peculiar pelo envolvimento com o crime organizado e por suas opostas ideologias. Neste contexto, a leitura de Holsti, explanada no primeiro capítulo, encaixa-se perfeitamente na conjuntura colombiana, uma vez que a violência armada que emergiu no Estado correspondeu à conjugação tanto de fatores e atores de origem doméstica, mas também de elementos do ambiente internacional. Sua complexidade evidenciou-se por ter enredado tantos líderes civis e militares, como lutas ideológicas e ameaças de organizações criminosas, ou seja, um caldo de insegurança que refletiu sobre a estabilidade regional.

Mesmo com a possibilidade dos resquícios do conflito armado colombiano recair sobre os Estados vizinhos, não se pode esquecer que foi a população civil quem sofreu os maiores prejuízos e vivenciou as marcas do medo e insegurança, transubstanciadas nas diversas formas de violência empregadas pelas guerrilhas, paramilitares e forças nacionais. As práticas decorrentes do conflito tais como: constantes assassinatos, os sequestros, a extorsão, as intimidações, as

²² As ações e políticas do Plano Colômbia serão analisadas posteriormente – capítulo 04.

expropriações de terra, destruição de povoados, recrutamento forçado, aliados a um Estado omisso e incapaz, corroborara para que inúmeras pessoas fossem obrigadas a se deslocarem para outras regiões.

3.2 OS DESLOCADOS EM NÚMEROS

Esta seção trará o quantitativo de deslocados dentro do Estado colombiano. O objetivo é apontar os períodos com maior onda de deslocamento e apontar causas para além do conflito armado para o deslocamento. É importante trazer os números de vítimas para compreender noção da magnitude de pessoas afetadas.

O deslocamento forçado da população é reflexo da violência que se intensificou a partir da década de 1970 (IBAÑEZ; VELÁSQUEZ, 2008). Esta violência afeta de diferentes maneiras áreas urbanas e áreas rurais, por exemplo, as áreas urbanas mostram altas taxas de homicídios decorrentes de crimes urbanos (assaltos, por exemplo), enquanto as áreas rurais lidam com confrontações militares, massacres, ataques de grupos armados. O cenário do conflito colombiano é uma agressão à segurança da região e principalmente das pessoas.

Importante ressaltar que mesmo existindo um quadro frequente de desenraizamento, este se expressa de diferentes formas nos vários territórios do Estado. Segundo Viana (2009), essa diferença pode ser atribuída a uma série de fatores, além da problemática do conflito armado, os fatores listados pelo autor estão esquematizados na tabela abaixo:

TABELA 02 – FATORES QUE GERAM DESLOCAMENTO/FATORES DE ESCOLHA PARA ONDE MIGRAR

FATORES QUE GERAM DEZENRAIZAMENTO	FATORES PARA ESCOLHA DA CIDADE RECEPTORA
Conflito armado;	- Maior índice de qualidade de vida;
- Grande distância do município em relação à capital do departamento;	
- Alto nível de pobreza;	- Forte presença institucional do Estado;
- Pouco presença institucional do Estado;	

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM VIANA (2009)

Após o fator conflito armado, a presença institucional do Estado também é um grande determinante para o desenraizamento e pela escolha da cidade de

destino. Novamente Viana (2009) nos apresenta dados significativos demonstrando a importância do nível de institucionalidade das cidades para a população que necessita migrar, o autor apresenta que os municípios que geram maior percentual de deslocamento possuem nível de presença institucional inferior ou próximo da média nacional, enquanto que as 20 cidades que receberam mais de 50% das PDIs possuem um nível de presença institucional superior à média nacional. Com base dos dados aqui trazidos é possível extrair, mais uma vez, a importância do Estado em valer-se de políticas que almejem a segurança humana, principalmente através de instituições em que as pessoas afetadas possam buscar algum grau de auxílio.

Segundo Springer (2006), os efeitos do deslocamento interno podem ser sentidos tanto em curto e médio prazo como em longo prazo, especialmente nos casos de pessoas que estão continuamente se deslocando. Em termos de curto e médio prazo, as PDIs podem sofrer com a perda de autoestima, depressão, desejo de vingança, enfermidades, ansiedade e desespero, ou seja, provoca danos mais psicológicos, em razão do sentimento de impotência diante de fuga. Em se tratando dos efeitos em longo prazo, os indivíduos deslocados passam a enfrentar graves problemas socioeconômicos, como a deterioração das condições de vida, perda da identidade local ou regional, aumentos das barreiras sociais, desintegração familiar, desemprego, marginalização política, perda de credibilidade das instituições públicas, destruição de projetos de vida particulares e ruptura das redes sociais e afetivas.

De fato esses efeitos podem ser diagnosticados no contexto conflituoso da Colômbia, que por sua própria experiência de intensa violência criou uma profunda falta de segurança humana para as PDIs e ainda os marginalizou frente ao restante da sociedade. Ademais, o governo colombiano sempre adotou um discurso que abrandava a magnitude e relevância do conflito armado, a fim de neutralizar suas consequências para a população. Contudo, esta aparente negação dificulta a visibilidade dos deslocados internos, que são a expressão mais evidente da violência excessiva que impera nas várias regiões do Estado em especial nas zonas rurais e periféricas. Esta atitude patológica faz com que muitos deslocados internos evitem ser identificados dentro dessa categoria, com o propósito de ocultar sua condição de deslocamento forçada, e assim não sofrerem discriminação social e estagnação (SPRINGER, 2006). Aqui é possível extrair uma violação à segurança humana, a violação do seu aspecto político. Por ficarem em um limbo, sem serem

reconhecidos como deslocados as PDIs não têm participação em processos eleitorais e outros procedimentos políticos pertinentes ao bom funcionamento do Estado.

Uma consequência da falta de identificação dos deslocados como PDIs é que há grandes divergências nos índices do deslocamento interno colombiano divulgados entre as instituições nacionais e os organismos internacionais. A coleta de dados sobre as pessoas deslocadas na Colômbia tem duas principais fontes: Acción Social que é uma organização controlada pelo governo, e a CODHES que é uma agência não-governamental que monitora os direitos humanos das pessoas deslocadas. As duas agências registram pessoas deslocadas na Colômbia, porém mostram diferentes quantidades de pessoas deslocadas. A TABELA 03 mostra algumas características de duas instituições responsáveis pela coleta de dados sobre os deslocados.

TABELA 03 – TOTAL GERAL DE DESLOCADOS INTERNOS

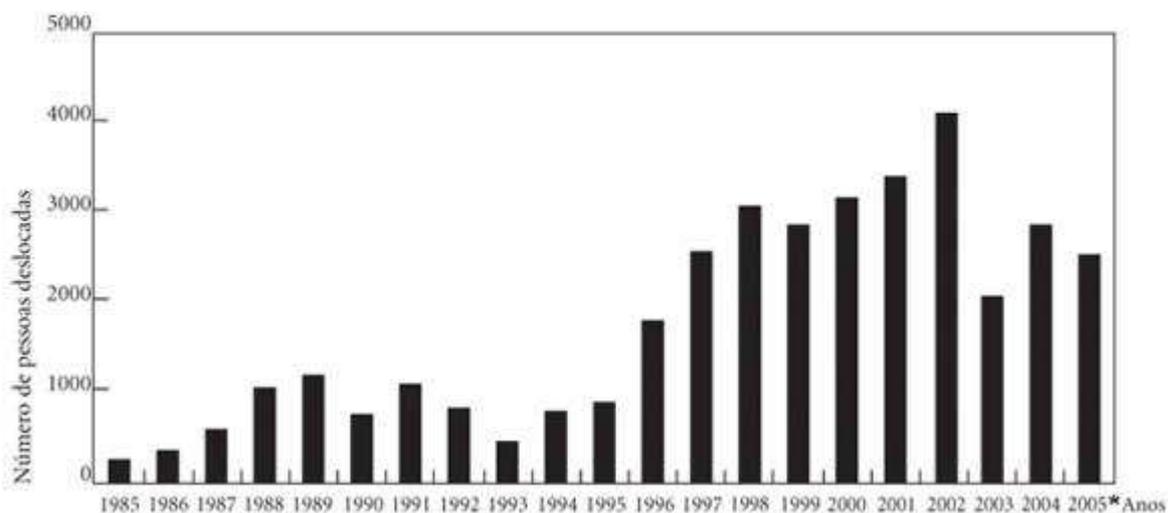
Acción Social	CODHES
3.285.142*	4.629.190*
Inclui deslocamento intra-urbano	Não inclui deslocamento intra-urbano
Deslocados têm 15 dias para se registrarem	Deslocados têm até um ano para se registarem
	* Dados referentes à 2008

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE NOS NÚMEROS DA ACCIÓN SOCIAL E CODHES

A Acción Social, agência criada pelo escritório da presidência para ação social e cooperação internacional, publica o “*Registro Unico de Población Desplazada*” (RUP), baseado em um sistema que está em funcionamento desde 2000. A organização registra pessoas deslocadas uma a uma, a fim de evitar duplicação de dados. Acción Social segue as diretrizes estabelecidas pela lei 387 de 1997 que esclarecem as responsabilidades e deveres do governo com as pessoas deslocadas (ACCIÓN SOCIAL, 2007).

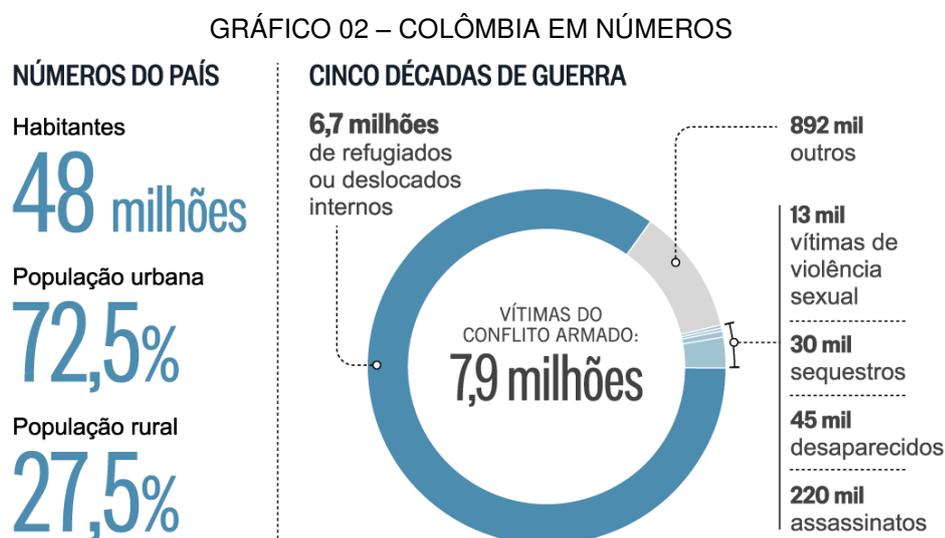
O GRÁFICO 01 abaixo mostra o total de deslocamento ocorridos por ano. Nota-se dessa maneira, o maior número de deslocamentos ocorreu entre o fim da década de 1990 até o ano de 2005, no início há um aumento e após uma manutenção do contingente de deslocados a cada ano.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE NOVOS DESLOCADOS POR ANO
Deslocamento forçado na Colômbia 1985-2005.



FONTE: FRANCO ET AL., 2006

De acordo com o Alto Comissariado para a Paz, em 2017 os números são muito mais elevados daqueles encontrados em 2008:



FONTE: ALTO COMISSARIADO PARA A PAZ, 2017²³

3.3 OS IMPACTOS DO CONFLITO ARMADO SOBRE A SEGURANÇA HUMANA

O deslocamento interno na Colômbia adquiriu uma proporção tão preocupante ao longo dos anos, que se refletiu de maneira dispersa e irregular, e

²³ Infográfico publicado no jornal O Globo. Disponível em: <<https://goo.gl/T4M5nT>>. Acesso em: 10 maio 2017.

demonstrou a baixa capacidade do Estado em responder a este cenário de crise humanitária²⁴. Essa conjuntura contribuiu para que a população deslocada acabasse imersa em uma situação de permanente desamparo e vulnerabilidade. Evidencia-se através desses aspectos a necessária suplantação da segurança nacional pela segurança humana, visto que os alvos dos ataques passam a ser os civis. Neste contexto, há de se olhar para a vida das pessoas da região que passam a perder as suas liberdades por não mais poderem exercê-las devido a uma privação de sua dignidade enquanto humanos. Com a perda de segurança e da possibilidade de exercerem suas liberdades, os habitantes da região optam por buscar áreas em que se sintam seguros e possam continuar com suas vidas. Devido a esse cenário, a avaliação da segurança humana dos deslocados do conflito colombiano é de primordial importância para se identificar as consequências que o conflito tem gerado para essas pessoas.

O enquadramento da questão de deslocamento forçado dentro da agenda da segurança humana se mostrou pertinente porque o contexto sintetiza algumas das preocupações centrais das organizações que defendem a pauta de segurança humana. Como colocam MacFarlane e Khuong:

²⁴ O amplo debate sobre as guerras e os conflitos armados tem colocado à margem a discussão do conceito de crise. Consequentemente, a ausência de uma definição de crise adaptada às novas circunstâncias colocou a gestão de crises num beco sem saída, sendo pouco mais que uma expressão de sentido genérico que se aplica a situações que não são desejadas, que não são esperadas, sem precedentes conhecidos e que causam instabilidade e incerteza generalizadas (BOIN, 2004). É uma noção que parece aplicar-se a todo o tipo de acontecimentos disruptivos: ameaças económicas, tecnologias da informação, conflitos internos, desastres naturais (DAYTON et al., 2004). Crise humanitária pode ser determinada como uma situação de emergência, em que a vida de um grande número de pessoas se encontra ameaçada e na qual recursos extraordinários de ajuda humanitária são necessários para evitar uma catástrofe ou pelo menos limitar as suas consequências. Crises humanitárias geralmente caracterizam-se pela privação de alimentação, abrigo, riscos à saúde, à segurança ou ao bem-estar de uma comunidade ou de um grande grupo de pessoas, em uma área quase sempre extensa. Conflitos armados (guerras entre países ou guerras civis), epidemias, crise alimentar (decorrente de secas ou pragas) ou desastres naturais (terremotos, inundações, tsunamis) podem levar a crises humanitárias.

A questão do deslocamento é fundamental para o desenvolvimento da segurança humana no pós-Guerra Fria. Em termos gerais, esses deslocados dentro das fronteiras do que vem a ser seus próprios Estados, são percebidos como minorias hostis para aqueles que capturaram o aparelho estatal. Uma vez que eles não podem, ou não podiam, atravessar estas fronteiras, não usufruem da proteção do direito dos refugiados, em vez disso, eles são submetidos à jurisdição doméstica de seu próprio país. Como afirma Deng: "a abordagem da comunidade internacional em relação à crise dos deslocados internos e a necessidade de proporcionar proteção e assistência está sujeita ao fato de que o problema, por definição, é doméstico e, portanto, está sob a soberania do Estado". Seu Estado, contudo, geralmente é a maior ameaça para sua sobrevivência. As políticas desses Estados muitas vezes causa seu deslocamento. Considerando esses aspectos, as populações internamente deslocadas são um exemplo fundamental da tensão entre segurança estatal e segurança individual. (MACFARLANE & KHUONG, 2006, p. 220-221).

Os apontamentos abordados até o momento corroboram com a visão de que as disputas, ameaças e violência decorrentes do conflito armado colombiano são os grandes propulsores do deslocamento interno. Contudo, não se pode negligenciar que fatores como a disputa por territórios, terras e motivações sociais e econômicas, também fazem parte das causas que levaram tanto a intensificação do conflito como o aumento do desenraizamento da população (VIANA, 2009).

Ademais, evidencia-se no caso colombiano uma ligação direta entre os fatores do deslocamento e os diversos atores do conflito interno. Além das ações proferidas pelos grupos armados, Viana (2009) aponta que a própria responsabilidade do Estado na trajetória do conflito armado – seja pela omissão em garantir a segurança física e institucional da população, assim como pelas tentativas frustradas de conter hostilidades, por meio do uso, muitas vezes, indiscriminado da força – e a participação de grupos econômicos e dos narcotraficantes, que procuram garantir a manutenção e exploração da terra por meios ilegais, condicionaram a dinâmica do deslocamento.

Em outra corrente, Múrcia (2002) também afirma que os desenraizamentos nem sempre respondem a ações armadas específicas, às vezes o simples fato da chegada das guerrilhas ou dos paramilitares em determinada região se converte em uma justificativa para a saída da população, uma vez que esses grupos utilizam a ameaça para coagir os civis a deixarem suas casas.

Seguindo a vertente trazida por Múrcia (2002) o autor ainda afirma que existem de igual modo alguns determinantes estruturais sobre o deslocamento forçado colombiano, como a pobreza – abarcando a falta de oportunidades e o subdesenvolvimento; o vazio estatal – entendido como a ausência de forças

militares e juizados, assim como de serviços e de formas democráticas de participação; o modelo de desenvolvimento econômico excludente e inequitativo – promovido pela concentração de renda, sistema de discriminação e marginalidade do campesinato e da economia rural; e por fim, as zonas de maior dinamismo econômico, nas quais há abundância de recursos estratégicos, matérias-primas e terras favoráveis ao cultivo de ilícitos. Deste pensamento de Murcia é possível desprender uma conexão com a ideia de problemas estruturais apresentados por Holsti e explanados na primeira parte deste trabalho.

O Centro Nacional de Memoria Histórica (GMH, 2013) afirma que o agravamento da expulsão da população civil responde, em primeiro lugar, a expansão dos domínios por grupos guerrilheiros e dos paramilitares; as deficiências em seus processos de desmobilização; a ofensiva militar do estado em cumprimento da Política de Segurança Democrática; e a um conjunto de ações violentas disseminadas desde 1996, quando houve um recrudescimento do conflito, até 2002, sucedidas por uma instabilidade interna que perdura até hoje.

É possível apontar claramente para os guerrilheiros e paramilitares como os agentes primários do deslocamento forçado. De fato, estes grupos seguem promovendo atos indiscriminados frente à população civil, como se observam nas tendências entre 1997 e 2001. Até 2005, era a AUC que apresentava a maior parte das ações contra a população (massacres, crimes e assassinatos seletivos, coerção), cerca de 33%, seguida das FARC com 25%. Depois de 2005, com a desmobilização das AUC, a responsabilização recaiu sobre as guerrilhas atingindo a cifra de 53% e os paramilitares com 10% (REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2011).

Enquanto o governo sempre afirmou que sua luta contra a guerrilha tem sido bem sucedida, afirmando que entre 2002 e 2005 reduziu-se o número anual de deslocamentos forçados de 424.000 para 160.000, de homicídios coletivos de 680 para 252 e o de sequestros de 2.800 para 800, porém há dúvidas sobre se as alegações do governo de redução da violência realmente refletem a complexidade do conflito e a situação de segurança. No seu relatório anual de 2006, o Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos declarou que o método estatístico utilizado pelo governo colombiano era "incapaz de identificar adequadamente indicadores para diferenciar os assassinatos relacionados com os de pessoas protegidas no contexto do conflito armado interno, dos assassinatos causados por crimes 'comuns'" (ACNUR, 2007).

GRÁFICO 03 - HOMICÍDIO COLETIVO, QUATRO OU MAIS PESSOAS (2002-JUNHO/2010)



GRÁFICO 04 - SEQUESTRO TOTAL (2002-JUNHO/2010)



O grupo de trabalho da ONU sobre desaparecimentos forçados ou involuntários informou, após uma visita em julho de 2005, que os grupos armados, particularmente os paramilitares, continuavam a causar terror e deslocamento, muitas vezes com o objetivo de conquistar a terra pertencente às vítimas. Além do mais, os paramilitares responsáveis pelos desaparecimentos e deslocamentos informaram de que mantinham contatos sociais com representantes das autoridades e das forças armadas, fortalecendo a teoria de que as forças paramilitares recebem financiamento do governo (OHCHR, 2006).

O comportamento espacial deste fenômeno colombiano demonstra que a maior parte das expulsões ocorre nas zonas rurais (em nível interprovincial) – em razão do domínio exercido pelos grupos armados e por serem regiões com abundantes recursos naturais – e mais recentemente em áreas intraurbanas. As PDI's geralmente deslocam-se das áreas rurais (60%), cidades (24%) ou sedes municipais (15%) para áreas urbanas, centros municipais, capitais ou cidades vizinhas em busca de abrigo e proteção (REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2011).

Por meio das ações cometidas pelas guerrilhas, paramilitares e até mesmo das forças armadas colombianas, é evidente o quanto da segurança humana dos deslocados foi acometida nas suas mais diferentes vertentes. A primeira vertente que sofre violações é a da violência física. De acordo com o Human Development Report (HDR) (1994) a violência física é um dos principais aspectos a ser observado quando se trata da segurança humana, visto que a violação desta dimensão leva a uma conseqüente violação das demais.

Talvez nenhum outro aspecto da segurança humana é tão vital para as pessoas como a sua segurança a partir de violência física. Em países pobres e ricos, a vida humana é cada vez mais ameaçada por repentina, imprevisível violência. As ameaças assumem várias formas: Ameaça do Estado (tortura física); Ameaças de outros Estados (guerra); Ameaças de outros grupos de pessoas (Tensão étnica); Ameaças de indivíduos ou grupos contra outros indivíduos ou grupos (crime, violência nas ruas); Ameaças dirigidas contra as mulheres (abuso, violência doméstica); Ameaças dirigidas a crianças com base em sua vulnerabilidade e dependência (abuso de criança); Ameaças a si mesmo (suicídio, uso de drogas).²⁵ (HDR, 1994, pg. 30, tradução nossa).

Ademais da violência física, os deslocados se encontram com as outras dimensões da segurança humana também privadas. O direito à habitação é privado no processo de desenraizamento, uma vez com a expulsão os deslocados acabam deixando para trás a maior parte dos seus bens, especialmente suas casas, saindo praticamente de mãos vazias em busca do desconhecido, e com isso acabam se alojando em zonas de invasão, sem infraestrutura, com dificuldade de acesso e que oferecem alto risco a sua sobrevivência. A dimensão da segurança comunitária é

²⁵ No original em inglês: Perhaps no other aspect of human security is so vital for people as their security from physical violence. In poor nations and rich, human life is increasingly threatened by sudden, unpredictable violence. The threats take several forms: Threats from the state (physical torture); Threats from other states (war); Threats from other groups of people (ethnic tension); Threats from individuals or gangs against other individuals or gangs (crime, street violence); Threats directed against women (rape, domestic violence); Threats directed at children based on their vulnerability and dependence (child abuse); Threats to self (suicide, drug use).

crucial no conflito colombiano. Esta dimensão da segurança, referindo-se à liberdade dos indivíduos de pertencerem a um grupo e serem respeitados, é completamente violada no caso das DPIs pelo ataque que sofrem pelos grupos armados.

O âmbito da segurança alimentar é outro aspecto em que os deslocados são profundamente atingidos. Como já fora afirmado, a maior parte da população deslocada provém de zona rural, e como tal produziam a maioria dos alimentos para consumo, ou seja, antes do deslocamento 64% das famílias produziam seus próprios alimentos, após a expulsão 83% das PDIs passaram a depender do poder de compra para adquiri-los, 14% a depender de doações e somente 3% os produzem (BELLO, BONILLA, 2010).

Com efeito, a limitação econômica dos deslocados internos reduz sua capacidade em satisfazer as necessidades básicas, como o consumo de alimentos, ocasionando a insegurança alimentar. Nesse contexto, há um conjunto de elementos que influenciam diretamente sobre a questão alimentícia e provocam enormes riscos para as IDPs, como o aumento dos preços dos mantimentos, a falta de emprego e a enfermidade de um membro da família, que geram, dentre outras consequências, a redução do número de alimentos ingeridos ao dia ou o acesso a alimentos de menor qualidade nutricional. Desta relação resulta que 69,5% das PDIs consomem menos de três refeições diárias, 43% não consomem alimentos básicos (arroz, mandioca, banana), 44,9% das famílias carecem de dinheiro para comprar alimentos e 40,6% diminuíram a quantidade de comida por falta de recursos (COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2007).

A vulnerabilidade alimentar acaba impactando negativamente sobre a vida das PDIs, que começam a apresentar uma nutrição inadequada e a manifestar diversas enfermidades. Por exemplo, as doenças respiratórias e a diarreia são enfermidades comuns em crianças, que por sua vez se originam da desnutrição. A deficiência nutricional também se traduz no baixo rendimento escolar e laboral, por diminuir sua capacidade produtiva, podendo ainda afetar o desenvolvimento, crescimento e ocasionar enfermidades crônicas (IBÁÑEZ; MOYA, 2007).

Mesmo que os problemas de saúde sejam identificados como comuns para toda a população colombiana, suas manifestações são maiores nas famílias deslocadas que nos receptores, isso porque as PDIs possuem 1,6 a mais de chance de ter uma saúde debilitada que os demais. Em 2010, a incidência de mortalidade

(infantil, materna e violenta) foi mais alta (2,5%) que os receptores (0,5%), a incapacidade decorrente de alguma doença também foi superior, 69% entre as PDIs e 60% na população local (BELLO; BONILLA, 2010).

Em razão disso segue que a problemática deste fenômeno na Colômbia não corresponde exclusivamente ao fatos das pessoas se deslocarem forçadamente, mas as consequências advindas dessa expulsão abarcam uma série de violações aos direitos humanos e aos princípios humanitários, que evidenciam a inadequada resposta governamental à situação das PDIs. Mesmo que o desenraizamento seja causado por inúmeros agentes do conflito armado, o Estado colombiano é diretamente responsável por esta crise, porque viola seus compromissos constitucionais e internacionais para a proteção dos direitos humanos das PDIs.

Por fim, é possível concluir, com base nos números apresentados e da revisão do conflito feita pelos acadêmicos aqui citados, que a segurança humana dos deslocados é fortemente afetada pelas ações dos atores envolvidos no conflito armado, principalmente os grupos guerrilheiros. Os cidadãos têm como necessidade a fuga de suas residências por uma situação de extrema violência, temendo a vida de suas famílias e buscando um recomeço em outros lugares onde possam se sentir em maior segurança.

O próximo capítulo busca explorar o papel do Estado colombiano perante as PDIs, demonstrando suas ações dentro do panorama do conflito armado traçado nesse capítulo. A análise a seguir tomará como elemento de estudo o Plano Colômbia no período entre os anos de 2001-2005, quando ocorre o maior movimento de deslocados.

4 PLANO COLÔMBIA: ENTRE SEGURANÇA NACIONAL E A SEGURANÇA HUMANA

De acordo com o ACNUR (2016), estima-se que aproximadamente 28 milhões de pessoas caracterizam-se como deslocados internos na atualidade, apresentando a Colômbia o maior índice em nível internacional. Conforme apresentado no capítulo anterior, os deslocamentos internos forçados no país sul-americano se intensificaram ao longo de cinco décadas em razão da emergência de conflitos armados envolvendo guerrilhas, paramilitares e as forças armadas dessa nação. Evidenciou-se, também no capítulo prévio, a presença de um Estado colombiano omisso e inepto diante da existência de conflitos armados no país que propiciou um estado de insegurança e violência generalizada de boa parte da sua população civil.

Estes fenômenos fizeram com que fosse desenvolvida a percepção de que há relação entre as PDIs, a segurança nacional e a segurança humana. Assim, os movimentos migratórios afiguram-se como um problema de segurança dos indivíduos, bem como dos Estados. Este debate enquadra-se nas discussões alargadas dos estudos de segurança.

Dessa maneira, tomando como eixo de análise o Plano Colômbia, esse capítulo procura fazer reflexões sobre as implicações e conseqüências do papel do Estado colombiano no conflito armado, sobretudo no que concerne a segurança humana, os direitos humanos e proteção das populações civis, maiores afetadas pela violência associada ao combate ao narcotráfico. Buscar-se-á analisar o Plano Colômbia, principalmente durante o mandato do Presidente Álvaro Uribe, onde se pretende investigar os aspectos da segurança nacional e da segurança humana nas políticas do governo para uma possível cessão da contenda armada.

O capítulo está dividido em três seções, na primeira retomando alguns aspectos da discussão sobre segurança humana e os contrastando com a segurança nacional. Na segunda seção coloca-se em pauta o Plano Colômbia, mostrando características e de que maneira ele se enquadra dentro da discussão de segurança nacional e segurança humana. Por fim, é abordada a transnacionalidade que o conflito tomou, em virtualmente especialmente de práticas do Plano Colômbia.

4.1 SEGURANÇA NACIONAL E SEGURANÇA HUMANA

A premissa neste trabalho é a de que a relação entre o Estado colombiano e as populações internamente deslocadas pode ser condicionada por duas diferentes formas de se representar a segurança internacional: a lógica da segurança nacional e a da segurança humana. Como já elucidado anteriormente, a segurança nacional toma como primazia o papel do Estado. É ele quem, antes de tudo, deveria se defender das ameaças. Outros objetos de referência, contudo, têm recebido, em período recente, maior atenção. Entre os novos objetos de referência, podem ser citados o indivíduo – daí surgindo a noção de segurança humana –, o meio ambiente, ou mesmo a identidade nacional. Tais representações distintas do que pode ser segurança são capazes de criar estruturas distintas e condições sociais de diferentes contextos onde a ação do Estado poderá tomar lugar.

A segurança humana, como demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, oferece uma contribuição relevante na medida em que redireciona nossa atenção para quatro questões fundamentais nas relações internacionais: primeiramente, reafirma que a prática da segurança deve ter como objetivo fundamental a proteção do indivíduo, e não do Estado; e dessa forma nos oferece uma ferramenta pertinente para enriquecer um debate intelectual que trabalha com noções frequentemente reificadas de Estado. Em segundo lugar, o conceito reflete as questões centrais de segurança do mundo pós-Guerra Fria de uma forma que as abordagens centradas na segurança nacional não fazem. Provê, portanto, um novo vocabulário para descrever e fazer entender as consequências humanas das guerras civis e internas. A insegurança humana seria um termo apto e compreensivo para capturar a ameaça à sobrevivência física. A terceira questão aborda a incorporação de iniciativas de segurança humana por parte de Estados e de organizações regionais, como elementos de sua política externa e de segurança. E, finalmente, para além no nível do Estado e do nível regional, reconhecer ameaças enfrentadas por civis inocentes em guerras civis ou conflitos étnicos como questões de segurança aumentaria a possibilidade de ação por parte da ONU (MACFARLANE; KHUONG, 2006)

A segurança nacional, por sua vez, na era da globalização, já não apresenta uma clara definição. De acordo com Viana (2013):

Segurança nacional é o grau coletivo de garantia que através de ações políticas, econômicas, sociais, culturais, diplomáticas, psicológicas, ambientais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos, pressões ou situações adversas, existentes ou potenciais. (VIANA, 2013, p. 112).

Cepik (2001) mostra certa apreensão para a busca de uma definição do que seja a segurança nacional:

(...) Em particular, a recorrente utilização da noção de segurança nacional como um princípio autoritário de justificação de práticas políticas, torna questionável a compatibilidade entre segurança nacional e uma concepção democrática de governo e de resolução de conflitos nas sociedades contemporâneas. (CEPIK, 2001, p. 01).

Quando se pensa em segurança, no mundo contemporâneo, o papel militar está implícito e definido de forma intuitiva. Mas, a noção de segurança nacional e individual, principalmente em ambientes democráticos, envolve o comprometimento dos atores da política em geral e não somente de tais agentes típicos, conforme aponta Cepik:

(...) Por segurança nacional, entende-se aqui uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis a sua sobrevivência e autonomia. Nesse sentido, o termo refere-se a uma dimensão vital da existência no contexto moderno de sociedades complexas, delimitadas por Estados nacionais de base territorial. No limite, estar seguro nesse contexto significa viver num Estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais através da negociação, da obtenção de informações sobre capacidades e intenções, do uso de medidas extraordinárias e do leque de opções relativas ao emprego de meios de força. A dupla face dessas ameaças, interna e externa, implica algum grau de complementaridade e de integração entre as políticas externa, de defesa e de provimento da ordem pública. A segurança nacional, como uma condição relativamente desejável a ser obtida através dessas políticas públicas fornece a principal justificativa para o exercício da soberania e o monopólio estatal do uso legítimo de meios de força. (CEPIK, 2001, p. 03).

Neste trecho, além de enfatizar a condição de segurança como estado relativo, o autor abordou a capacidade de se neutralizar ameaças por meio de vários instrumentos. O poder militar é, de fato, um dos meios para se aumentar ou diminuir a segurança de um Estado, mas ele não é o único. Para se chegar a tal conclusão, basta ressaltar que as Forças Armadas de um país dependem dos Estados. Estes, por sua vez, dependem de arrecadação de tributos, a qual depende de uma economia em funcionamento. Uma depressão econômica causa impactos na segurança de um país na medida em que, entre outros efeitos, reduz a arrecadação

de tributos e, conseqüentemente, a capacidade de financiamento do poder militar²⁶. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico pode ser capaz de expandir a segurança de um país ao prover o Estado de mais recursos de poder, como indústrias produtoras de itens de interesse militar e maior capacidade de arrecadação. Como afirmou Raymond Aron: “Não há um grande exército moderno sem uma grande indústria. Todo país dotado de uma grande indústria pode levantar um grande exército.” (ARON, 2002, p. 94)

Além da flexibilidade analítica, a segurança humana também é criticada por sua capacidade securitizadora, uma vez que torna prioritário um determinado elemento por meio de uma ação política ou discursiva (BUZAN et al., 1998). De efeito, a abordagem da segurança humana faria com que, no âmbito do conflito colombiano, a vida humana digna fosse o seu objeto referencial, ou seja, ter-se-ia como eixo fundamental no exercício de suas atividades a característica de ser *people centred* (KALDOR, 2012, p. 10).

Com isso, é possível vislumbrar que um dos pressupostos da proposta da segurança humana é que todas as pessoas fossem consideradas de forma isonômica. E assim o sendo, superar-se-ia a tônica discriminatória e autoritária presente na doutrina da segurança nacional que norteia o exercício das atribuições encontradas nas ações do governo colombiano, sobretudo através do Plano Colômbia, onde, a população civil não tem suas garantias de cidadãos garantizadas através das políticas do Estado.

Roland Paris (2005) afirma que o conceito de segurança humana apresenta dois problemas que limitam a sua utilidade tanto para pesquisadores como para os policy-makers. Primeiramente, ele ressalta que a falta de precisão do conceito de segurança humana, que até agora tem se mostrado muito ampla, incluindo distintos aspectos da segurança física até o bem-estar psicológico dos indivíduos, não se torna uma referência para os policy-makers no momento de priorizar metas e objetivos através de suas políticas, além do que também não oferece um guia para os pesquisadores no estudo desta temática (FAVIER, 2007, p. 16).

Para Cepik (2001, p. 13) “o conceito de segurança humana procurou articular uma série de tentativas anteriores de alargar e substituir a noção de

²⁶ Cabe ressaltar que de uma maneira geral, o crescimento econômico acaba levando a maiores investimentos militares, mas nem sempre é assim, não é uma relação causal. Será sempre uma decisão da política daquele Estado.

segurança nacional vigente durante a Guerra Fria”. Nesse mesmo sentido, Cepik observa que a segurança humana busca um espaço junto com a segurança nacional. A securitização de novos temas acaba por tornar a agenda de segurança muito mais ampla que somente a defesa militar externa. Os novos aspectos apresentados pelo conceito da segurança humana passam agora a ter relevância junto à agenda tradicional de segurança.

(...) o que se chama de segurança no sistema de relações interestatais é um tipo de estabilização relativamente precária de relações conflitivas e ameaçadoras. No caso das relações interestatais, essa estabilização só é obtida às custas da mobilização de recursos coercitivos e medidas excepcionais que aumentam as tensões entre segurança individual e segurança estatal. Ao reivindicar a “securitização” de temas como o combate à pobreza, o controle epidemiológico de doenças, a melhoria da educação e a luta contra a degradação ambiental, a abordagem da human security pretendia trazer esses temas para o centro da agenda, obtendo o mesmo tipo de prioridade e tratamento especial que os temas tradicionais de segurança, especialmente a defesa militar externa e o provimento de ordem pública dentro dos países. (CEPIK, 2001, p. 16).

Outra aspecto que preocupa os formuladores de políticas é o uso equivocado de segurança humana, que pode gerar problemas no aumento do escopo das agendas de segurança. Cepik aponta que:

(...) A tentativa equivocada de tentar resolver a ambigüidade moral do conceito de segurança nacional através do recurso ao conceito de segurança humana (human security). A crítica dessa tentativa permitirá que se tenha uma avaliação mais precisa dos riscos de perda de eficiência na operação das forças armadas e dos serviços de inteligência, principalmente em função da expansão excessiva do leque de requerimentos defensivos e informacionais resultantes da adoção do conceito de segurança humana como um parâmetro para o planejamento de políticas de segurança. Além de resultar em perda de eficiência, uma eventual ancoragem das missões das forças armadas e dos serviços de inteligência no conceito de segurança humana traz riscos adicionais para a política democrática ao “securitizar” temas e problemas não relacionados ao uso potencial da força (educação, meio ambiente, saúde etc.). (CEPIK, 2001, p. 5).

Ocorre que o conceito de segurança humana veio a afirmar os fundamentos de direitos humanos antes já estabelecidos, mas acabou por também permitir um olhar sobre a segurança bastante abrangente, permitindo uma maior manobra dos países para justificar a intervenção da força em assuntos que agora passam a abarcar a agenda de segurança.

Esta seção teve como objetivo elucidar com maior profundidade a relação entre segurança nacional e segurança humana, para compreendermos a importância e os limites da segurança humana dentro do desenvolvimento de

políticas e na tomada de ações por parte do Estado para lidar com questões em que ele preconizará dentro da agenda de segurança.

4.2 PLANO COLÔMBIA E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA HUMANA

O Plano Colômbia foi uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. Com ele pretendia-se gerar um ambicioso plano de investimentos, por meio de projetos que beneficiem de maneira rápida e eficaz os colombianos menos favorecidos. Buscava, também, recuperar a confiança dos colombianos por meio do resgate das normas básicas de convivência social, da promoção da democracia, da justiça, da segurança, da integridade territorial, da geração de condições de trabalho, do respeito aos direitos humanos e da conservação da ordem pública, entre outros aspectos (RIPPEL, 2004).

Os pontos estratégicos do Plano eram: I. o processo de paz; II. a economia colombiana; III. o desenvolvimento social e democrático; IV. a luta contra o tráfico de drogas – chamado no Plano de narcotráfico; V. a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos. (INESC, 2002).

As primeiras ideias do Plano, ventiladas em 1998, por Andres Pastrana e pelo ex-ministro das Relações Exteriores Augusto Ramirez Ocampo, privilegiavam negociações com os principais grupos guerrilheiros do país – FARC e o menos numeroso ELN. A partir do entendimento entre governo e guerrilhas, seriam então desenvolvidos projetos mútuos para reabilitar as zonas mais atingidas pela violência e gradualmente eliminar a produção de cocaína e papoula através de atividades econômicas alternativas. Prevvia-se, inicialmente, além da participação dos grupos guerrilheiros, o envolvimento das comunidades locais de camponeses e indígenas na recuperação econômica das suas regiões. A ideia era criar um ambiente de negociação, e não de enfrentamento com os atores envolvidos, o que incluía os grupos paramilitares e a criação de áreas desmilitarizadas. No entanto, em 1999, Pastrana firmou um acordo com os EUA, assinalando o descumprimento dos compromissos assumidos junto aos grupos guerrilheiros, o que ocasionou o aumento dos confrontos internos. (INESC, 2002).

A ajuda norte-americana apresentava forte caráter militar e policial, além de prever em seu plano orçamentário aportes financeiros advindos de privatizações de estatais e empréstimos de bancos internacionais. Logo, o conflito na Colômbia

tomou a forma de uma tensão internacionalizada: “(...) o paulatino, preciso e persistente envolvimento dos Estados Unidos no conflito interno vem convertendo o país no epicentro de uma guerra de baixa intensidade” (TOKATLIAN, 2002, p. 134).

O governo colombiano destinou inúmeras propriedades de pequenos agricultores a mineradoras e à monocultura exportadora. Lins (2012, p. 469) pontua que o Plano Colômbia acabou sendo articulado para: promover políticas neoliberais no país andino, incentivando a privatização e terceirização de serviços de saúde e educação.

No contexto da luta contra o narcotráfico, a segurança humana adquire mais dificuldades em aplicar seus princípios devido à existência de múltiplos atores envolvidos – cartéis de droga, forças militares, sociedade civil e classe política – e à dificuldade em articular as estruturas sociais e políticas para a efetividade do combate às drogas. Em outras palavras, o problema advém da incapacidade em compatibilizar os interesses juntamente com a “(...) falta de governança efetiva e um Estado que historicamente tem falhado em conduzir seu papel fundamental, que é a proteção de todos os cidadãos e fornecer os serviços básicos” (SHIFTER, 2005, p. 03).

É importante destacar que os cartéis de drogas e os Estados são promotores da insegurança humana, e a simples mudança da ação desses atores não é garantia de segurança. Há outras condições para a alteração da segurança humana, como o fortalecimento das instituições legais e políticas e a construção de bases econômicas que venham favorecer as necessidades econômicas das pessoas e grupos.

Entre 1999 e 2005, apenas 16% do orçamento total do Plano Colômbia foram destinados a programas de desenvolvimento socioeconômico e alternativas de promoção dos direitos humanos. O restante dos fundos foi alocado, primariamente, em atividades militares (60,4%) (ACEVEDO et al., 2008). Além disso, embora o Plano apresentasse cláusulas específicas para a proteção dos direitos humanos, o resultado de sua implementação é bastante negativo: estima-se que o número de deslocamentos forçados em decorrência das políticas adotadas através do plano fique entre 3 e 5 milhões de pessoas (IDMC, 2010).

A quantidade da verba destinada para cada esfera do programa, demonstra a importância dada para a área militar. Desta forma é possível inferir uma grande inclinação do Plano Colômbia para o arcabouço teórico clássico de segurança

nacional. A TABELA 04 mostra a distribuição do orçamento destinado ao Plano Colômbia:

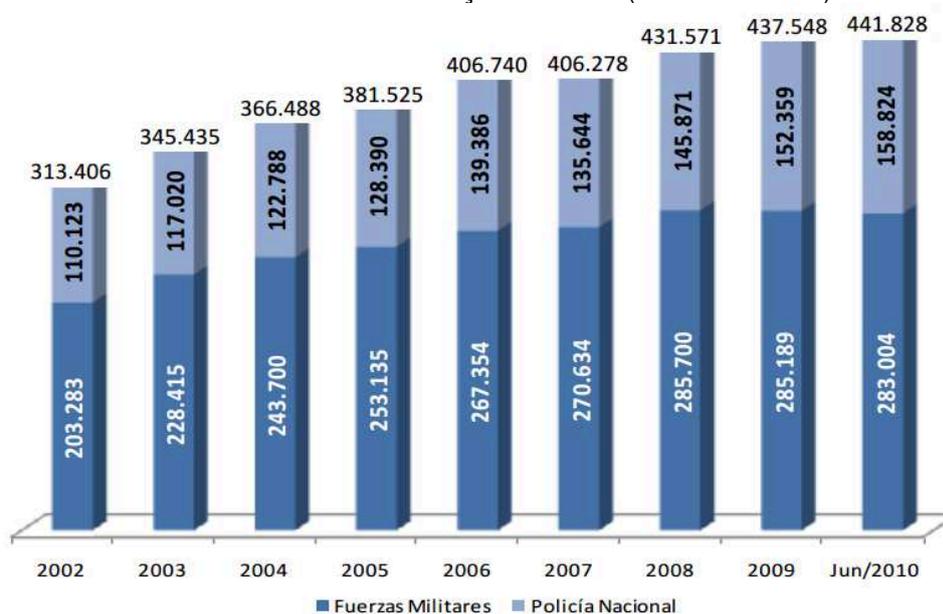
TABELA 04 – DIVISÃO DA VERBA DO PLANO COLÔMBIA

DESTINO	QUANTIA (milhões US\$)	PERCENTUAL
Assistência Militar	519.200	60,4%
Assistência Polícia Nacional	123.100	14,3%
Desenvolvimento Econômico Alternativo	68.500	8,0%
Direitos Humanos	51.000	5,9%
Fortalecimento Instituições	45.000	5,2%
Ajuda aos Deslocados	37.500	4,4%
Reforma Judicial	13.000	1,5%
Processo de Paz	3.000	0,3%
TOTAL	860.300	100%

FONTE: PAGLIARI, 2009, p. 168

Na sequência, o GRÁFICO 05 vem a demonstrar o aumento significativo no número de pessoal no corpo efetivo da polícia e força militar do Estado colombiano:

GRÁFICO 05 – EFETIVOS DA FORÇA PÚBLICA (2002-JUN/2010)

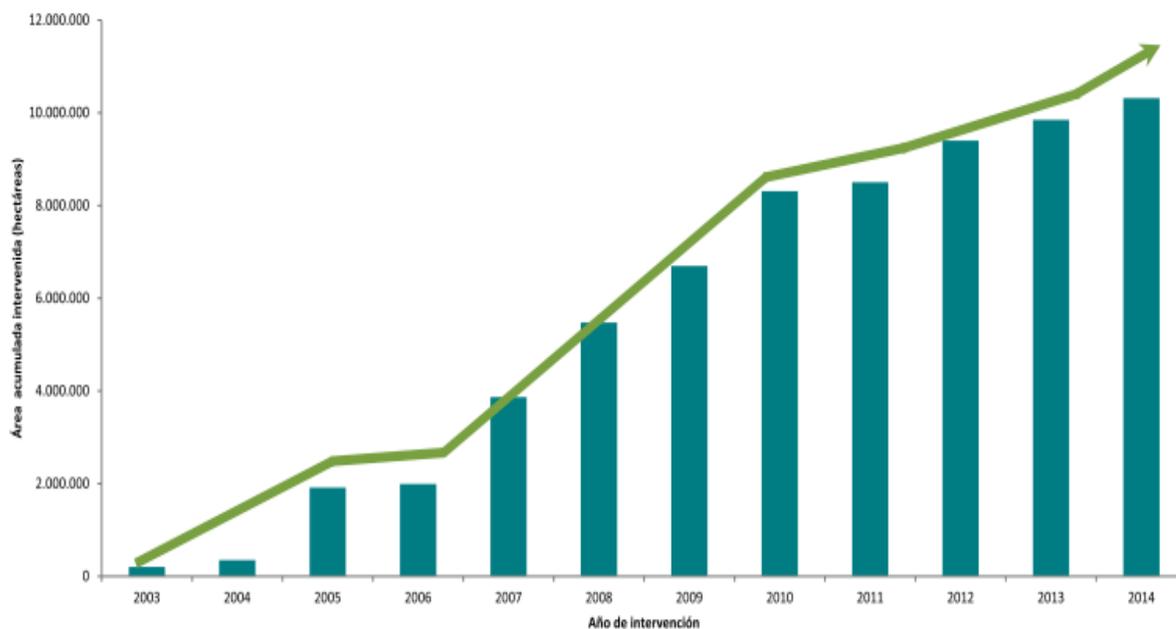


FONTE: REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2010

Sempre houve destinação de verba para a criação de desenvolvimentos alternativos das comunidades, porém sempre foi um valor muito aquém daquele disposto para o investimento em assistência militar. Outra medida é a cessão de terras para que os deslocados retomem suas atividades. O gráfico 02 apresenta que

só haverá acréscimo significativo no empenho em garantir um meio de desenvolvimento e subsistência no fim do governo de Uribe.

GRÁFICO 06 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO (2003-2014)

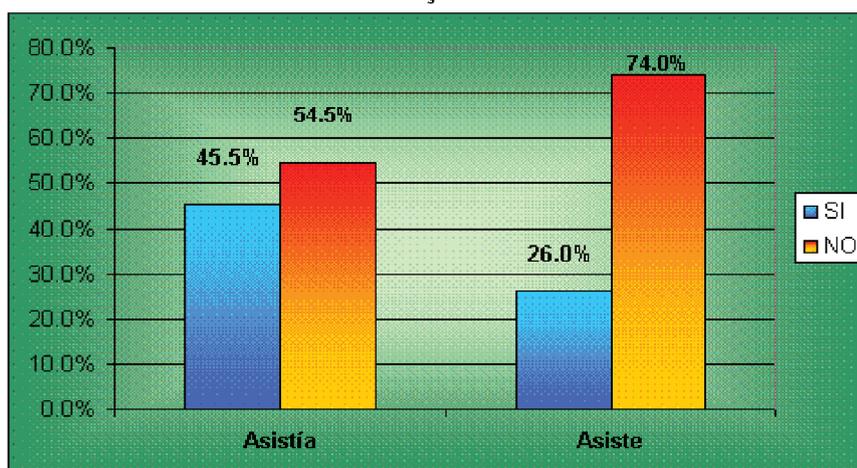


FONTE: UNODC, 2015

Ao perceber que apenas os meios militares não eram suficientes para resolver o problema colombiano, as administrações de Washington e de Bogotá impuseram mudanças ao plano, visando alargar sua atuação e incluir mais atividades de direitos humanos, isto é, uma atuação que melhor integrasse a ação militar e a segurança humana. A ampliação do foco foi um avanço, mas os graves problemas de crimes relacionados às drogas e deslocamentos forçados, principalmente em áreas rurais continuaram. (DURÁN, 2008)

Durán (2008) observa outro problema associado ao narcotráfico: a mudança cultural, em que a ideia de dinheiro fácil é incitada, estimulando a criação rápida de riqueza, sobretudo por meio ilegais. O autor explica que um comportamento estatal repressivo associado à ineficiência do Estado em mediar conflitos e garantir condições mínimas de vida tornam o narcotráfico ainda mais atraente, principalmente para os jovens. Uma consequência grave destas políticas é a falta de acesso dos jovens à educação, no GRÁFICO 07 é possível notar a evasão escolar após o desenraizamento de jovens de suas comunidades.

GRÁFICO 07 – ACESSO À EDUCAÇÃO ANTES E DEPOIS DO DESLOCAMENTO



FONTE: CONFERENCIA EPISCOPAL DE COLOMBIA, 2004

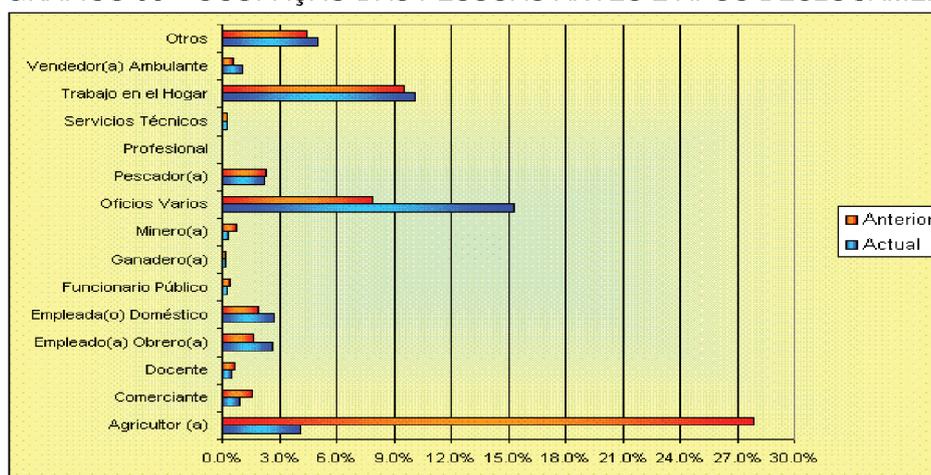
Nesse contexto, a guerra empreendida com apoio de Washington, pautada na classificação clássica de segurança nacional, apenas exacerbou as questões adjacentes que fomentam o mercado das drogas, cujo modelo militarista, apesar de alguns avanços, mostrou-se insuficiente para diminuir a violência e solucionar o problema. Pelo contrário, o que se observou foram o aumento da letalidade do conflito e a ampliação da sociedade do medo, estimulando o crescimento da indústria de entorpecentes.

Uma possível saída para a situação seria a adoção de um modelo baseado na abordagem da segurança humana, em que as categorias trabalhadas pelo PNUD sejam os pilares para o novo enfrentamento das drogas, isto é, a segurança econômica, ambiental, pessoal, alimentar, comunitária e de saúde. No entanto, durante o Plano Colômbia, todos esses pontos-chaves foram seriamente comprometidos pelas ações da guerra contra as drogas.

Economicamente, a Colômbia possui altos níveis de pobreza e desigualdade social, condições que dificultam a atuação contundente das instituições democráticas (políticas e jurídicas). Segundo dados do UNODC (2011), cerca de 80 mil famílias colombianas dependiam do plantio de coca e papoula para sua sobrevivência, sendo uma das principais fontes econômicas em algumas regiões, notadamente áreas rurais. Os esforços empregados na guerra às drogas trazem como efeito colateral a insegurança financeira para milhares de famílias colombianas cujo sustento depende desses cultivos, os quais se revelam mais rentáveis que o plantio de café ou açúcar, por exemplo.

O GRÁFICO 08 demonstra o tipo de ocupação exercida pela população antes e após o momento em que se viu obrigada a deslocar-se. Fica evidente a importância da agricultura para o sustento das famílias e a retirada desse meio de subsistência por parte das ações do Plano Colômbia:

GRÁFICO 08 – OCUPAÇÃO DAS PESSOAS ANTES E APÓS DESLOCAMENTO

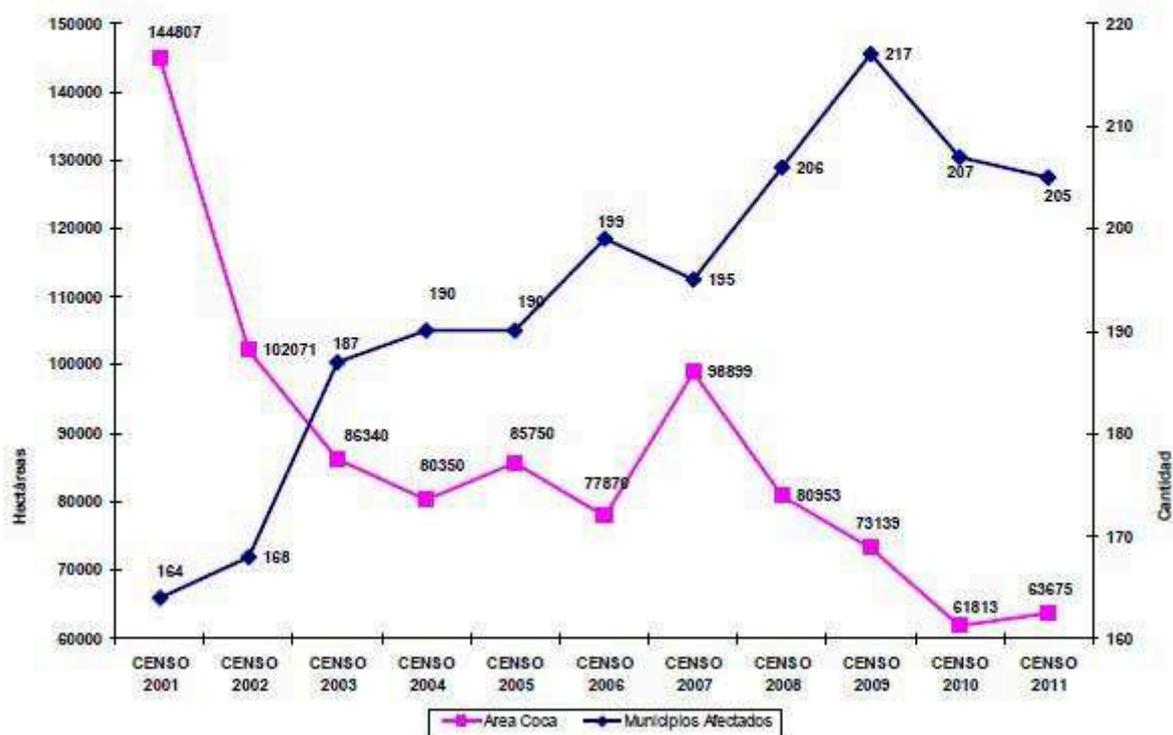


FONTE: CONFERENCIA EPISCOPAL DE COLOMBIA, 2004

Ao componente econômico ligam-se intrinsecamente as questões de segurança ambiental, alimentar e de saúde. Portanto, ao eliminar a principal fonte de renda das populações das áreas envolvidas na luta contra o narcotráfico, minam-se as condições de subsistência dos indivíduos. A erradicação das plantações não apenas comprometeu a segurança econômica, mas também ocasionou o aumento do desenraizamento forçado e a degradação ambiental.

No GRÁFICO 09 fica claro o fenômeno da migração dos plantios de coca, pois uma vez que certa área sofre fumigação o produtor de coca buscará outro lugar para realizar o cultivo da planta. A partir do gráfico é possível desprender que as fumigações cumprem seu papel, pois há uma queda substancial na áreas de cultivo. Porém, o número de cidades afetadas aumenta. Assim, é possível desprender da análise do gráfico que a fumigação pode trazer o efeito contrário, ao invés de interromper o cultivo de coca ela acaba por espalha-lo.

GRÁFICO 09 – COMPARAÇÃO DA ÁREA DE CULTIVO DE COCA COM O NÚMERO DE MUNICÍPIOS AFETADOS COM A FUMIGAÇÃO
TOTAL NACIONAL
COMPARACIÓN AREA CULTIVADA CON COCA Y CANTIDAD DE MUNICIPIOS AFECTADOS
PERIODO 2001 – 2011



FONTE: UNODC, 2011.

O uso de métodos controversos para a eliminação dos plantios de papoula e coca, como a pulverização aérea de pesticidas em mais de 30 mil hectares durante o Plano Colômbia, trouxe sérias ameaças à segurança ambiental, incluindo a falta de água e a contaminação do solo. De acordo com Pagliari (2004): se a Colômbia promove uma intensa fumigação das áreas de plantio, isso necessariamente vai implicar em consequências também para os países vizinhos, seu solo, a saúde de suas populações e suas dinâmicas internas em como lidar com o problema do deslocamento das pessoas que se deslocam de seu habitat em decorrência dessas fumigações. Além disso, a UNODC (2011) alerta que essas substâncias tóxicas podem ser carregadas pelo vento e pela correnteza dos rios, contaminando milhares de plantações legais ao longo do caminho. Assim, a utilização massiva de pesticidas torna necessária a busca por novas propriedades para o restabelecimento das plantações, legais ou ilegais. No caso do plantio de drogas, os narcotraficantes

procuram lugares escondidos e afastados, como a Amazônia colombiana, favorecendo o desmatamento e ameaçando a fauna.

Os problemas ambientais ocasionados pela luta contra as narcotráfico impactam diretamente a segurança alimentar e de saúde. A escassez de áreas de plantio aliada à contaminação de rios sabotam as condições de produção de comida em diversas áreas. Tal situação leva as pessoas a deslocarem-se em busca do sustento e de atendimento de saúde (GARCÍA ZAMORA, 2012). O panorama é ainda mais grave na Colômbia, pois a criminalização da coca, planta tradicional utilizada pelos indígenas como fonte nutricional, medicinal e espiritual, impede que os indivíduos a consumam, esbarrando nas tradições culturais das populações locais. (DURÁN, 2008)

Para o PNUD (1994), a segurança pessoal relaciona-se com a ausência de danos físicos, o que inclui a ausência de violência política e o respeito aos direitos humanos. Já a segurança comunitária é tratada como a liberdade de associação dos grupos, que podem fornecer identidade cultural, apoio ou proteção. O Plano Colômbia promoveu a derrocada das condições de segurança pessoal e comunitária através de sua extrema militarização e desrespeito aos direitos humanos.

Dentro do escopo de segurança comunitária, outro aspecto da segurança humana fortemente afetado pelo combate ao narcotráfico, ocorre desmantelamento de associações comunitárias ou o impedimento de pessoas se associarem a estas agremiações. Em uma pesquisa, 18,7% dos deslocados afirmaram que pertenciam a organizações de caráter camponês e outros 5% organizações de cunho comunitário, com vinculações aos *Consejos Comunitarios*²⁷ que existem no país. A TABELA 05 mostra alguns tipos de associações, nas quais as pessoas que tiveram que se deslocar, participavam antes da necessidade de migrar.

²⁷ Um *Consejo Comunitario* é uma unidade administrativa que pode gerenciar uma área designada na Colômbia, tipicamente em nível local. A forma mais comum de *Consejo Comunitario* é o *Consejo Comunitario de Tierras de Comunidades Negras*, como são reconhecidos oficialmente pela Lei 70 de 1993 (REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2010).

TABELA 05 - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Organização	%
Campesinas	18.7
Comunitárias	5.0
Sindicais	0.1
De mulheres	0.7
Outras	1.6

FONTE: CONFERENCIA EPISCOPAL DE COLOMBIA, 2004

Continuando no tocante da segurança pessoal e comunitária, o Plano Colômbia deixou um saldo de mais de 230 mil mortes e tantos outros deslocados de sua terra natal (IDMC, 2010). Sua principal causa é a violência ocasionada pelos confrontos entre militares e narcotraficantes e pela tensão entre os próprios grupos traficantes pelo domínio dos territórios. Todavia, a estratégia focada na destruição dos plantios também tem papel fundamental da degradação das condições de sobrevivência.

O gráfico abaixo mostra um maior número de ações de grupos armados no período inicial da implementação do Plano Colômbia:

GRÁFICO 10 - AÇÕES DE GRUPOS ARMADOS ILEGAIS (2002-JUNHO/2010)



FONTE: REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2010

Com efeito, a guerra às drogas desencadeou sérias implicações políticas internas, retirando o foco estatal dos programas sociais para o militarismo. A

equação constitui um grande paradoxo no combate às drogas: o sacrifício das condições de sobrevivência humana quando, na realidade, essa é a raiz do problema (DURÁN, 2008). Por outro lado, uma abordagem mais centrada na segurança humana complementar as políticas de segurança por meio da promoção de políticas públicas que favorecessem o desenvolvimento humano. Nesse sentido, o Plano Colômbia falhou, e a estratégia de erradicação das plantações não apresentou alternativas de desenvolvimento econômico para as populações locais. Ao manter o foco exclusivamente na segurança estatal, as duas ações negligenciam as raízes da indústria de entorpecentes, a pobreza, a desigualdade social e a ausência do Estado.

Em termos reais, a iniciativa significou: (i) a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, coca e papoula; (ii) a proibição de carregamentos para EUA e Europa; (iii) a extradição de condenados por tráfico e maior vigilância nas fronteiras para frear a movimentação de traficantes. Os países vizinhos à Colômbia passaram a sentir profundamente os reflexos da expansão do conflito colombiano, cuja internacionalização tornou-se institucionalizada pelo Plano Colômbia e pela Iniciativa Andina Antidrogas. Segundo os autores “há evidências de que o conflito na Colômbia seja um foco de irradiação de tensão regional, criando problemas de segurança nas fronteiras com todos os vizinhos (incluindo Brasil e Panamá)”. (VILLA; OSTOS, 2005, p. 17).

4.3 SPILLOVER DO PLANO COLÔMBIA: O CASO EQUATORIANO

Esta última seção tem como objetivo trazer à luz a transnacionalidade das ações do Plano Colômbia, tomando como referencial o Equador. Enquanto a maioria dos teóricos concorda que o Plano Colômbia, em alguns aspectos, enfraqueceu as FARC, o plano também teve outras consequências, que causaram o *spillover* do conflito países vizinhos como o Equador. O foco na erradicação da coca tirou os meios de subsistência de muitos camponeses, que dependiam do cultivo da coca para prover para si e suas famílias, sem desenvolver oportunidades econômicas alternativas adequadas. Em alguns casos, as fumigações aéreas também destruíram cultivos lícitos. A falta de oportunidades econômicas viáveis, bem como a violência nas zonas rurais fez com que muitos camponeses fugissem para o Equador, que tem infra-estrutura limitada para lidar com refugiados colombianos.

Além disso, embora o Equador não tenha sido tradicionalmente um produtor de coca, alguns laboratórios de cultivo e processamento de coca foram instalados no território equatoriano ao longo da fronteira norte (KINGSLEY, 2014).

A partir de 2002, nos marcos do Plano Colômbia, o governo colombiano lançou uma dura ofensiva militar contra o crime organizado e os grupos armados ilegais no Departamento de Putumayo (fronteiriço com o Equador). Essa ação, em conjunto com outras estratégias, aumentaram a repercussão do conflito colombiano no território do Equador, na medida em que esse país passou a conviver com um número cada vez maior de invasões de grupos ilegais armados, de incursões do exército colombiano, de violações do seu espaço aéreo, de efeitos ambientais e sociais das fumigações químicas aéreas e de populações colombianas refugiadas e indocumentadas. Tudo gerou um grande rechaço das autoridades equatorianas às visões e estratégias colombianas e norte-americanas em relação às questões de segurança. Apesar de reforçar militarmente a fronteira, capturar guerrilheiros invasores, combater o tráfico de drogas, receber refugiados colombianos e lançar planos de desenvolvimento econômico e social para as Províncias fronteiriças (Unidad de Desarrollo de La Frontera Norte (UDENOR) e Plano Equador). Além disso, o governo equatoriano alega ser vítima do conflito colombiano, que traz um alto custo ao país, que não conta com os mesmos recursos econômicos e militares disponíveis aos colombianos. Essa posição equatoriana gerou duras críticas da administração colombiana de Álvaro Uribe, que sempre considerou seu conflito armado um tema de segurança regional. Nessa perspectiva, a administração Uribe fez várias acusações de que o governo do Equador facilitava as atividades das FARC e do narcotráfico (FARAH; SIMPSON, 2010).

Desde então, Quito exige de Bogotá o cumprimento de cinco requisitos para o pleno restabelecimento dessas relações: 1) Colômbia deve abandonar sua campanha de vincular o Equador e suas autoridades com as Farc; 2) deve aumentar a presença de força pública na fronteira; 3) deve facilitar a informação requerida sobre a incursão de 1 de março; 4) entregar as informações sobre os computadores encontrados em Angostura; 5) deve realizar uma contribuição a ACNUR para a assistência aos milhares de refugiados colombianos em território equatoriano (MRE-ECUADOR, 2008). Essas exigências não impediram o Equador de restabelecer com a Colômbia, em outubro de 2009, a Comissão Binacional de Fronteira (COMBIFRON), para intercâmbio de informações em segurança e defesa. Note-se

que, depois do ataque colombiano, o governo equatoriano incrementou os gastos militares, modernizou os sistemas de defesa do país, e transformou a fronteira com a Colômbia no núcleo central de sua política de segurança e defesa. O efetivo militar equatoriano nas fronteiras com a Colômbia passou de 500 para 5.000 homens. (ROMÁN, 2012)

São diversas variáveis encontradas no transbordamento do conflito interno colombiano para o Equador. Villa e Ostos (2005) elucidam:

Adicionalmente, a proximidade do conflito acaba criando dois outros problemas graves para o Equador. De um lado, o aumento do tráfico de armas (e da comercialização de armas por drogas). "As fronteiras equatorianas são particularmente vulneráveis ao tráfico de drogas, armamentos e casos relacionados, devido à sua proximidade com os departamentos de Putumayo e Nariño [no sul da Colômbia], locais onde são cultivados 37% da coca no país". Além disso, "as autoridades militares colombianas queixam-se de que pelo menos 50% da munição que entra na Colômbia venha pelo Equador". De outro lado, os combates entre exército, paramilitares e guerrilha aumentaram o número de cidadãos desplazados (deslocados) para o território equatoriano em busca de segurança, empregos ou refúgio temporário. Somado ao fato de que a zona da fronteira com o Equador é altamente pobre e com sérios problemas de violência e criminalidade de todo tipo, o quadro é visto como altamente explosivo pelo governo equatoriano. (VILLA; OSTOS, 2005, p. 17).

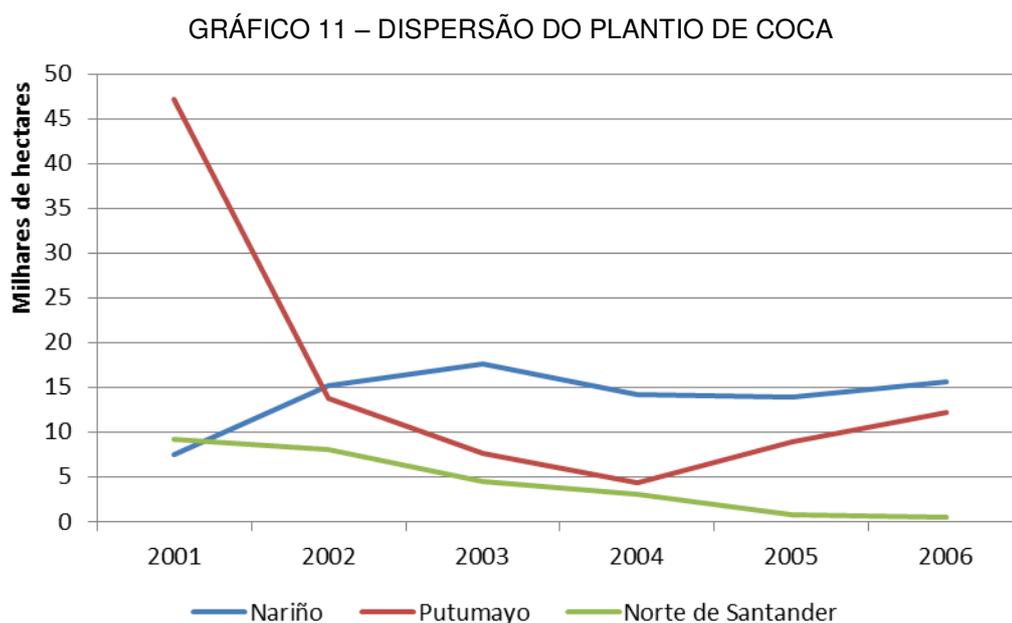
À medida que o Plano Colômbia foi sendo posto em prática através de seu principal mecanismo, as fumigações aéreas como meio de erradicação forçada de cultivos, as plantações de coca foram migrando para outras localidades.

Os aumentos mais significativos no cultivo de coca entre 2005 e 2006 ocorreu nos departamentos de Putumayo (+ 3.300 hectares) e Nariño (+ 1.731 hectares), ambos localizados na região fronteira com o Equador. O aumento da área plantada com coca em Putumayo corresponde a 37% da coca cultivada em 2005, passando de 8.960 para 12.254 hectares. O cultivo caiu drasticamente até 2004, mas o aumento nos dois anos subsequentes fez este departamento passar do sexto para o segundo lugar em relação ao total nacional (UNDOC, 2011).

A forte redução no cultivo em Norte de Santander, departamento do norte colombiano, significa que restaram muito poucos pontos de cultivo de coca nesta região em 2006, totalizando menos de 500 hectares. Em 2001, o departamento de Norte de Santander estava entre aqueles que têm maior quantidade de cultivo de coca no país, com 9.145 hectares (UNDOC, 2011).

É interessante observar que, por exemplo, os departamentos de Nariño e Putumayo (sul da Colômbia, fronteira com Equador) concentravam 50% da produção

de coca da Colômbia e são também um dos locais onde o Plano Colômbia foi fortemente colocado em prática através das aspersões aéreas, ressaltando dessa forma no aumento do número de deslocados nessa região que buscam refúgio no Equador. O GRÁFICO 11 mostra a diminuição do plantio de coca na região norte da Colômbia, ao passo que há um aumento nos departamentos fronteiriços com o Equador:



FONTE: UNODC, 2007 – GRÁFICO ELABORADO PELO AUTOR

Desta forma, é possível desprender uma ligação interessante, os deslocados eram gerados ao passo que as áreas eram fumigadas e também quando novas áreas eram tomadas para o cultivo da coca. As regiões atingidas pelos produtos químicos advindos da aspersão aérea ocasionam problemas de saúde, contaminação do solo, água e ar, além da vitimização de animais, portanto, o problema ambiental decorrente torna o deslocamento como a única alternativa para centenas de famílias que moravam em áreas próximas os cultivos ilícitos.

A fronteira equatoriana além de ser fortemente atingida pelas consequências das fumigações recebeu grande número de refugiados, intensificados também pelas ações do Plano Colômbia, que por fim acabam procurando refúgio no Estado equatoriano.

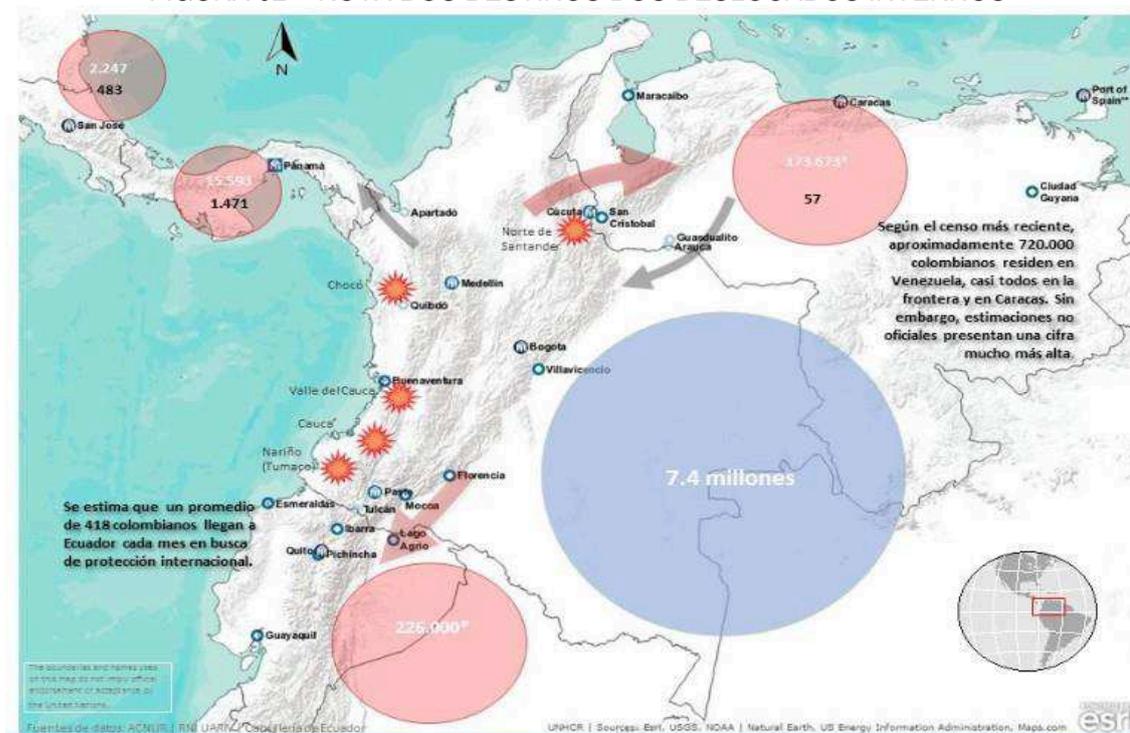
GRÁFICO 12 – SOLICITANTES DE REFÚGIO POR AÑO NO EQUADOR



FONTE: DIARIO EL UNIVERSO, 2014

Na FIGURA 02 é possível notar que parte do fluxo de deslocados internos transborda para fora das fronteiras da Colômbia. O maior receptor de PDIs é o Equador seguido pela Venezuela.

FIGURA 02 – ROTA DOS DESTINOS DOS DESLOCADOS INTERNOS



FONTE: ACNUR, 2011

A repercussão do conflito também teve consequências graves para as populações que vivem nas províncias do norte do Equador. A presença de grupos e forças militares do Estado nestas áreas tem aumentado o assédio contra a

população local. A violência também aumentou no norte do Equador devido à competição entre grupos armados por influência. Os refugiados da Colômbia migraram para o Equador para escapar da violência em seu próprio país, mas estes refugiados estão chegando em províncias e cidades no Equador com pouca infraestrutura. Os equatorianos migraram para outras regiões do Equador para escapar da violência e da turbulência social na fronteira norte. Esses efeitos sobre a população civil, bem como as próprias estratégias das FARC de operar entre a população civil reforçam a observação teórica do primeiro capítulo de que as guerras são cada vez mais combatidas sem distinção da população civil e soldados e que a população acaba por desempenhar um papel fundamental no conflito (KINGSLEY, 2014).

A estratégia da guerra às drogas na Colômbia, privilegiando a ação militar em detrimento de ações mais ampliadas, falhou em promover segurança nesse país. Pelo contrário, fomentou abusos contra os direitos humanos, migrações forçadas e a violência. A segurança humana, por outro lado, poderia diminuir o medo instaurado. Ao priorizar a segurança das populações e o desenvolvimento socioeconômico local, a abordagem fornece melhores ferramentas para a luta contra o narcotráfico e a violência associada na Colômbia.

O Plano Colômbia, entre diversos teóricos, não possui um consenso sobre os seus resultados: de um lado, a clara desmobilização dos carteis de droga, diminuição dos sequestros e da violência; do outro, o agravamento de problemas ambientais e de segurança humana, o que dizimou a situação socioeconômica de comunidades rurais e aumentou o número de deslocados internos. As ações colombianas trouxeram diversas lições para o combate ao narcotráfico na América Latina e proporcionaram elementos à outras iniciativas na região. Entretanto, as falhas em proteger a segurança humana aparentemente não foram equacionadas e tendem a se repetir em outras ações.

De acordo com o ACNUR, apesar dos esforços do governo para reverter a abordagem ao deslocamento interno e melhorar a resposta às vítimas do conflito, a implementação das novas medidas ainda é prejudicada pela presença de grupos armados ilegais, riscos de segurança para a população civil e falta de capacidade financeira e institucional adequada, especialmente em nível local, o que reflete as plantações de coca ilícitas e mesmo a ação de grupos insurgentes. A necessidade está na busca de soluções duradouras que congreguem respostas para os

problemas de segurança humana – diretamente – e para os problemas econômicos e sociais que o país enfrenta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é fruto da conexão entre os novos tipos de guerra e a segurança humana. O objetivo foi averiguar a ideia de segurança humana no tocante das novas ameaças, procurando demonstrar que essas influenciam aquela, contestando o conflito colombiano e as práticas do Estado da Colômbia, evidenciando seus efeitos para os deslocamentos forçados em vista da noção de segurança humana, e igualmente expor os efeitos sobre o Equador.

É importante salientar que o fim da Guerra Fria forneceu espaço às dinâmicas até então pouco tratadas na agenda internacional, e são essas que suportam a análise aqui apresentada. A sucessão de elementos e de princípios que foram listados neste trabalho, sejam eles, pós-Guerra Fria, guerra dos povos, deslocamento forçado, conceito de segurança humana, originaram uma nova área de investigação, o qual abarca os indivíduos como objetos de segurança.

As características propostas por Holsti (1996) podem ser encontradas no conflito colombiano, o enquadrando como uma guerra de terceiro tipo. O recrutamento dos civis por guerrilheiros e paramilitares, ausência estatal para prestar amparo à população são algumas das evidências que sustentam colocar o conflito interno colombiano na linha interpretativa apresentada por Holsti. A população civil foi a principal afetada pelo conflito, sofrendo com brutais ataques de violência. O resultado, portanto, foi o deslocamento de um grande número de pessoas que não se encontravam mais seguras onde viviam, pois eram os próprios alvos dos ataques.

Conjuntamente com as dinâmicas de violência interna tem-se a preocupação na defasagem do Estado em garantir a segurança de seus indivíduos, principais acometidos das consequências dessas novas dinâmicas. Dentro deste aspecto, o conceito de segurança humana foi formulado, justamente para abarcar essas diversas ameaças ao indivíduo. Como abordado no primeiro capítulo, o conceito de segurança humana tem servido como ponto comum de debate ao elencar as ameaças e a problematizá-las com a responsabilidade do Estado de garantir sua efetividade. Elaborada no âmbito da ONU ressalta a necessidade de medidas paralelas à clássica agenda de segurança internacional.

Ao analisar o conceito de segurança humana, diversas críticas podem ser apontadas, principalmente a sua imprecisão conceitual e a possibilidade de securitização de qualquer tema de interesse dos Estados. Desta forma, sua forma

de uso tem sido bastante questionada na medida em que se pode apontar que a subjetividade do conceito, permite seu uso em situações nas quais os interesses de outros países pode ser usado em detrimento do bem geral.

A Colômbia, a partir do Plano Colômbia, passou a adotar medidas mais assertivas de combate ao tráfico de drogas como a fumigação ou aspersão aérea. Essas, juntamente com a apropriação de áreas pela guerrilha, são os principais vetores de expulsão e conseqüente geração de refugiados internos, bem como para a crescente insegurança. Os países andinos são diretamente afetados, seja via migrações das áreas de cultivos e da própria guerrilha, ou via deslocados colombianos que ingressam nos territórios vizinhos. Desta forma, denotam uma conseqüente ameaça à estabilidade regional uma vez que a expansão do conflito gera um crescente aumento da insegurança humana, ora tratada como fruto da incapacidade do Estado e da falta de cooperação intra-regional.

Dentre as diversas ações empreendidas em relação ao combate do tráfico de drogas e por busca de uma conciliação com os grupos guerrilheiros, o Plano Colômbia é, sem dúvida, a de maior impacto. O volume financeiro aportado e a magnitude de suas ações o atestam. Seus efeitos transcendem os motivos que orientaram sua justificativa – o tráfico de drogas – e ultrapassam as fronteiras físicas e subjetivas que originalmente confinavam sua problemática ao conflito interno colombiano.

O problema exposto emerge da falta de ações multilaterais eficazes. O Plano Colômbia tem um caráter nitidamente militar antidrogas e negligencia a situação dos deslocados. Por exemplo, a fumigação de inúmeras áreas com cultivos ilícitos de coca força o deslocamento da população, sendo esta majoritariamente da área rural, elevando a mesma a condições precárias. A fumigação é o principal mecanismo de combate do governo colombiano às plantações de coca, o qual poderia ser suplementado pela erradicação manual dos cultivos. Ao privilegiar ações de força, de cunho militar, sem atentar-se para as conseqüências do emprego dessas no nível de sua população. Dessa maneira a população civil acaba por sofrer duas vezes: pela atuação da guerrilha e pela inoperância ou ineficiência do Estado em estabelecer políticas públicas claras e consistentes que resguardem seus direitos.

É possível constatar, através do exposto, a abrangência e continuidade expressiva do deslocamento interno na Colômbia. Suas dimensões confirmam os

dados que colocam o Estado em primeiro lugar no último ranking publicado pelo IDMC acerca das PDIs no mundo. Mais particularmente, a conjuntura colombiana demonstra que a disputa de interesses políticos e econômicos e os diversos atores envolvidos no conflito armado somaram-se como principais causas para eclosão deste fenômeno. Aliás, a questão estrutural, ou seja, a ausência estatal pesou enormemente, junto a esses fatores, como determinante para a expulsão de milhões de pessoas de seus locais de origem. Mas as consequências do contexto de violência instaurado na Colômbia não se resumem ao simples processo de desenraizamento, vão além, tendo em vista que para as PDIs seus problemas não se resolvem apenas pela fuga ou saída de suas casas, na verdade se agravam e adquirem proporções ainda maiores.

O conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico repercutiram também em território equatoriano. Como consequência, na década de 2000, mais precisamente com os desdobramentos do Plano Colômbia, a região se transformou no local de origem de diversas crises político diplomáticas entre os governos dos dois países, que passaram a divergir sobre as visões e as estratégias em relação ao conflito colombiano e ao narcotráfico. Nesse sentido, no que se relaciona aos temas de segurança e defesa, as relações entre Colômbia e Equador, que historicamente se desenvolveram em parâmetros de amizade e cooperação, têm passado por sucessivas crises que, entre outros desdobramentos recentes, levaram a ruptura das relações diplomáticas entre os países em 2008 e que perdurou por muito tempo.

Por fim, consegue-se notar que o trato dado à batalha contra as drogas e a busca por findar o conflito através do Plano Colômbia agravou os deslocamentos forçados e a insegurança societal. Em vista disso, o conflito interno e o Plano Colômbia geraram danos irreparáveis à segurança humana a uma parcela significativa da população colombiana.

REFERÊNCIAS

ACCIÓN SOCIAL. **Guia de consulta salidas estadsticas pagina web**. Bogotá: Acción Social, 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/8ygvmf> >. Acesso em: 25 abr. 2017.

ACEVEDO, Beatriz et al. **Ten years of Plan Colombia: an analytic assessment**. The Beckley Foundation: set, 2008.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Colombia - Informe sobre Derechos Humanos 2006**. [s.l.]: ACNUR, 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/uploads/media/COI_1872.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. **Global Trends: Forced Displacement in 2015**. [s.l.]: ACNUR, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/dGUr9Y> >. Acesso em: 27 maio 2017

_____. **Balance de la política pública de prevención, protección y atención al desplazamiento interno forzado en Colombia (agosto 2002 – agosto 2004)**. [s.l.]: ACNUR, 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/qfrJJ9> >. Acesso em: 10 mar. 2017.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. 2002. Disponível em: < <https://goo.gl/qXBIRX> >. Acesso em: 01 abr 2017.

BARROSO, Juliana Lyra Viggiano. Segurança e uso da força no contexto da OTAN pós-Guerra Fria. **Rev. Sociologia Política**. Curitiba, n. 27, nov 2006 . Disponível em: < <https://goo.gl/04Gryu> >. Acesso em 23 mar 2017.

BAZZANO, Ariana. **Segurança Humana: avanços e desafios na política internacional**. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/ze4LAs> >. Acesso em: 23 abr. 2017.

BAZZANO, Ariana. **Segurança humana: o discurso ‘para’ ou ‘da’ periferia?** *Inter-Relações*, ano 14, nº 40, 2014, p. 41 – 53, 2014

BELLO, Amparo Hernández; BONILLA, Martha Lucía Gutiérrez. **Vulnerabilidad y exclusión em salud: datos y relatos de la situación de la población desplazada en Bogotá**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2010, 288p.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡Basta ya!**: Colombia – memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013, 434p.

CEPIK, Marco. **Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas**. Security and Defense Studies Review, vol.1, 2001.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 930p.

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. **Una mirada a la población desplazada en ocho ciudades de Colombia: respuesta institucional local, condiciones de vida y recomendaciones para su atención**. Bogotá: Linotipia Martinez, 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/6h4lkV> >. Acesso em: 23 abr. 2017.

CONFERENCIA EPISCOPAL DE COLOMBIA. **RUT Informa**. 22. ed. [s.l.]: Conferencia Episcopal de Colombia, 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/FEqqow> >. Acesso em: 16 maio 2017.

DURÁN, Arturo García. La problemática del desarrollo en zonas afectadas por conflictos armados. In: GONZÁLEZ, Fernan et al. Hacia la reconstrucción del país: territorio, desarrollo y política. Bogotá: Ed. Antropos, 2008.

FARAH, Douglas; SIMPSON, Glenn. **Drogas, matones y la revolución ciudadana**. Nova Iorque: International Assessment And Strategy Center, 2010.

FIERKE, K. M.. **Critical Approaches to International Security**. 2. ed. Cambridge: Polity, 2015.

FRANCO, Saúl et al. Efeitos do conflito armado sobre a vida e a saúde na Colômbia. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 11, p.1247-1258, 2006. Disponível em: < <https://goo.gl/fPdyCR>>. Acesso em: 13 maio 2017.

HOLSTI, Kalevi J. **The state, war, and the state of war**. Cambridge University Press, Nova York, 1996.

IBÁÑEZ, Ana María; MOYA, Andrés. Vulnerability of Victims of Civil Conflicts: Empirical Evidence for the Displaced Population in Colombia. **World Development**, [s.l.], v. 38, n. 4, p.647-663, abr. 2010.

IBÁÑEZ, Ana María; VELÁSQUEZ, Andrea. **El impacto del desplazamiento forzoso em Colombia: condiciones socioeconomicas de la población desplazada, vinculación a los mercados laborales y políticas públicas**. Santiago de Chile: División de Desarrollo Social – CEPAL, n. 45, 2008, 76p.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. **Colombia: government "peace process" cements injustice for IDPs**. Genebra: Idmc, 2006. Disponível em: < <https://goo.gl/gKM4f7> >. Acesso em: 02 fev. 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **The Virtuous Twins: Protecting Human Rights and Improving Security in Colombia**. Bogotá: International Crisis Group, 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/GWGGKy0> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Plano Colômbia**: Perspectivas do Parlamento Brasileiro. Brasília: INESC, 2002.

KALDOR, Mary. **New and old wars**: organized violence in a global era. 3. ed. Califórnia: Stanford University Press, 2012.

KALYVAS, Stathis N.. New' and Old' Civil Wars: A Valid Distinction? **World Politics**, Baltimore, v. 1, n. 54, p.99-118, outubro 2001.

KINGSLEY, Maria. Ungoverned space? Examining the FARC's interactions with local populations in Northern Ecuador. **Small Wars & Insurgencies**, [s.l.], v. 25, n. 5-6, p.1017-1038, 3 set. 2014.

LINS, João Vicente Nascimento. O Plano Colômbia e o impacto nas relações entre Brasil e Colômbia. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: TECENDO DIÁLOGOS SOBRE A PESQUISA SOCIAL, 9, out. 2012, Maringá. Anais...Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 461 – 474.

MACFARLANE, S. Neil; KHONG, Yuen Foong. **Human Security and the UN**: a critical history. Indianapolis: Indiana University Press, 2006.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. **Ecuador reitera su posición pacífica y soberana**. 716. ed. Quito: Boletín de Prensa, 2008.

MOLANO, Alfredo. The Evolution of the FARC: A Guerilla Group's Long History. **Nacla Report On The Americas**, [s.l.], v. 2, n. 34, p.6-23, jan. 2000.

MURCIA, Luis Eduardo Pérez. Desplazamiento forzado en Colombia 1995-1999: una aproximación empírica a las relaciones entre desplazamiento, conflicto armado y desarrollo. In: SUÁREZ, Hernán (Ed.). **El Desplazamiento forzado en Colombia: compromisos desde la universidad**. Bogotá: Asociación Colombiana de Universidades – Ascun e Codhes, 2002. p. 17-88.

NASSER, Reginaldo M. Os Estados Falidos: Novas Ameaças e Novas Oportunidades. In: NASSER, Reginaldo M. **Os Conflitos Internacionais em suas Múltiplas Dimensões**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 123-157.

PAGLIARI, Graciela De Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Unb, Brasília, 2009.

PARIS, Roland. Human Security: Paradigm shift or hot air? **International Security**, Massachusetts, v. 26, n. 2, p. 87–102

Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Estado. Constituição (1991). Artículo nº 213. **Título VII - de La Rama Ejecutiva**. Colombia, 1991. Disponível em: < <https://goo.gl/gLYbp1>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Departamento Nacional de Planeación. República de Colombia. **Plan Nacional de Desarrollo: 2002-2006**. 2003a. Disponível em: < <https://goo.gl/epILul> >. Acesso em: 13 mai. 2017.

_____. Presidencia de La República y Ministerio de Defensa Nacional. República de Colombia. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. 2003b. Disponível em: < <https://goo.gl/TVk61S> >. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. GOBIERNO NACIONAL (Estado). Ley nº 975, de 25 de julho de 2005. **Ley 975 de 2005**. Bogotá, Disponível em: < <https://goo.gl/Om4VnR> >. Acesso em: 06 abr. 2017.

_____. Ministerio de Defensa. República de Colombia. **Logros de la Política de Consolidación de la Seguridad Democrática**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/fLErjo> >. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. República de Colombia. **Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad**. 2011a. Disponível em: < <https://goo.gl/5fQVTR> >. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. Ministerio del Interior y de Justicia. República de Colombia. **Ley de Víctimas y Restitución de Tierras**: Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. 2011b. Disponível em: < <https://goo.gl/oZZmzR> >. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Unidad Administrativa para la Consolidación Territorial. **Política Nacional de Consolidación y Reconstrucción Territorial**. 2011c. Disponível em: < <https://goo.gl/1g7RrY> >. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. GOBIERNO NACIONAL Y FARC-EP. **Acuerdo General para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/FB8wAE> >. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. Oficina del Alto Comisionado para la Paz. **¿Qué se ha acordado en La Habana?**: Primer, Segundo & Tercer Acuerdo. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/vGxa3p> >. Acesso em: 30 mar. 2017.

RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política Norte-Americana para a América Latina e suas consequências**. 30 f, 2004. Trabalho Acadêmico, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2004.

ROMÁN, José Gallardo. **El Plan Colombia y sus efectos sobre Ecuador**. Quito: Eskeletra Editorial, 2008.

SHIFTER, Michel. **Towards Greater “HumanSecurity” and Peace in Colombia**. Jul. 2005. Disponível em: < <https://goo.gl/FPVKmA> > . Acesso em: 25 abr. 2017.
SPRINGER, Natalia. **Colombia**: desplazamiento interno – políticas y problemas. Nova Iorque: ACNUR, jun 2006, 62p.

- TADJBAKHSK, Shahrbanou; CHENOY, M. Anuradha. **Human security** - concepts and implications. Londres: Routledge, 2009.
- TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.47-80, janeiro/junho 2003.
- THE FUND FOR PEACE. **Fragile States Index**. Washington: 2016.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. Colômbia: mais insegurança humana, menos segurança regional. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 1, p. 129-166, Junho 2002 . Disponível em < <https://goo.gl/P5PH2H> >. Acesso em 03 Maio 2017.
- UNITED NATIONS. **Human Development Report**. Nova Iorque, 1994
- UNODC. **World Drug Report 2011**. Vienna: United Nations Publications, 2011a.
- UNODC. **Colombia**: from illicit drugs to sustainable livelihoods. Vienna: United Nations Publications, 2011b.
- VAN CREVELD, Martin. **The Transformation of War**. Nova Iorque: The Free Press, 1991.
- VIANA, Manuela Trindade. Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: desafios à maior crise humanitária da América do Sul. **Revista Internacional de Direitos Humanos – SUR**, São Paulo, v. 6, n. 10, junho de 2009, p. 138-161.
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 48, n. 2, p. 86-110, Dec. 2005 . Disponível em: < <https://goo.gl/jcXlQt> >. Acesso em 13 Mai 2017
- ZAMORA, Rodolfo García. **Migración internacional, crisis y el reto de diseñar nuevas políticas públicas.Zacatecas**: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2012.